

# REGIMENTO ESCOLAR



EE MARINALVA GIMENES COLOSSAL DA CUNHA

Sumaré

2024

IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE ESCOLAR:	
ESCOLA:	Marinalva Gimenes Colossal da Cunha
ATO DE AUTORIZAÇÃO:	45773
MUNICÍPIO:	Sumaré
ENDEREÇO:	Rua Antonio Menuzzo, s/nº, Parque Jatobá
TELEFONES:	19 3873-4110 / 3873-4494
E-MAIL	<a href="mailto:E924672a@educacao.sp.gov.br">E924672a@educacao.sp.gov.br</a>
CIE:	924672
U.A.:	25200
FDE:	7231
SITE / BLOG DA UE	

EVENTOS	ATO LEGAL
Data de instalação/ autorização/criação:	19/05/2001
Aprovação do regimento atual em vigor:	27/12/2021

CURSOS MANTIDOS	
Curso/Nível	Nº do Ato legal
Ensino Fundamental Anos Finais	Res. SE 41/2001
Ensino Médio	Res. SE 95/2002

GESTORES ESCOLARES	
Diretor de Escola: (Diretor Escolar)	Sheila Fernanda Gomes
Vice Diretor de Escola - (1):	Eduardo Pissolotto
Vice Diretor de Escola - (2):	Zélia Aparecida de Oliveira
Vice Diretor de Escola - (3):	Claudia Regina Giolo Bazo Araujo

## SUMÁRIO

<b>TÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES .....</b>	<b>6</b>
Capítulo I – Da Caracterização da escola .....	6
Capítulo II – Dos Objetivos da Educação Escolar .....	7
Capítulo III – Da Organização e Funcionamento das Escolas .....	8
<b>TÍTULO II – DA ORGANIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO .....</b>	<b>9</b>
CAPÍTULO I – Da Caracterização do Ensino .....	10
CAPÍTULO II – Dos Níveis, Cursos e Modalidades de Ensino .....	10
CAPÍTULO III – Dos Currículos .....	14
Seção I – Do Ensino Fundamental .....	15
Seção II – Do Ensino Médio .....	16
Capítulo III – Da Progressão Continuada .....	19
Capítulo IV – Da Progressão Parcial .....	20
Capítulo V – Da Retenção Parcial .....	21
Capítulo VI – Dos Projetos Especiais .....	21
Capítulo VII – Do Estágio na Escola .....	22
<b>TÍTULO III – DA GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA .....</b>	<b>23</b>
Capítulo I – Dos Princípios .....	23
Capítulo II – Das Instituições Escolares .....	24
Capítulo III – Dos Colegiados .....	25
Seção I – Do Conselho de Escola .....	25
Seção II – Dos Conselhos de Classe/Série/Ano .....	26
Capítulo IV – Das Normas de Gestão Escolar e Convivência .....	28
Seção I – Dos Princípios que regem as relações profissionais e interpessoais -	29
Capítulo V – Dos Direitos e Deveres dos Participantes do Processo Educativo .....	30
Seção I – Dos Direitos e Deveres da Equipe Gestora .....	30
Seção II – Dos Direitos e Deveres dos Professores .....	31
Seção III – Dos Direitos e Deveres dos Funcionários da escola .....	31
Seção IV – Dos Direitos e Deveres dos Pais e responsáveis .....	32
Seção V – Dos Direitos e Deveres dos Estudantes .....	34
Seção VI – Das condutas dos Estudantes que afetam o ambiente escolar – Faltas disciplinares .....	37
Seção VII – Das Medidas Disciplinares .....	40

Seção VIII – Dos Procedimentos para aplicação das medidas disciplinares .....	40
Seção IX – Dos Recursos Disciplinares Adicionais .....	41
Seção X – Das Disposições Gerais sobre os Direitos e Deveres dos Participantes do Processo Educativo .....	42
Capítulo VI – Do Acesso, Utilização, Manutenção e Conservação do Prédio Escolar ..	42
Capítulo VII – Do Plano de Gestão Escolar .....	43
<b>TÍTULO IV – DA AVALIAÇÃO .....</b>	<b>45</b>
Capítulo I – Dos Princípios .....	45
Capítulo II – Da Avaliação Institucional .....	47
Capítulo IV – Do Rendimento Escolar: A Promoção .....	48
<b>Capítulo I – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS .....</b>	<b>52</b>
Capítulo II – Do Rendimento Escolar e da Frequência.....	54
Capítulo III – Da Promoção.....	55
Capítulo IV – Dos resultados finais.....	56
Capítulo V – Da Recuperação .....	57
Capítulo VI – Do Rendimento Escolar a retenção	56
Capítulo VII – Da frequência e compensação de ausências	57
Capítulo VIII – Da reconsideração e dos recursos contra os resultados das avaliações	58
Seção I – Da reconsideração e dos recursos contra o resultado da avaliação durante o ano letivo	58
Seção II – Da reconsideração e dos recursos contra o resultado final da avaliação	59
Capítulo IX – Da Mobilidade do estudante .....	59
<b>TÍTULO V – DA ORGANIZAÇÃO TÉCNICO-ADMINISTRATIVA .....</b>	<b>60</b>
Capítulo I – Da caracterização .....	60
Capítulo II – Do Núcleo de Direção .....	61
Capítulo III – Do Núcleo Técnico-Pedagógico .....	62
Capítulo IV – Do Núcleo Administrativo .....	63
Capítulo V – Do Núcleo Operacional .....	63
Capítulo VI – Do Corpo Docente .....	64
Capítulo VII – Do Corpo Discente .....	64
<b>TÍTULO VI – DA ORGANIZAÇÃO DA VIDA ESCOLAR .....</b>	<b>65</b>
Capítulo I – Da caracterização .....	65
Capítulo II – Da Matrícula e Rematrícula .....	65

Capítulo III – Da Classificação .....	67
Capítulo IV – Da Reclassificação .....	67
Capítulo V – Do Aproveitamento de Estudos .....	68
Capítulo VI – Da Adaptação Curricular .....	69
Capítulo VII – Da Expedição de Documentos de Vida Escolar .....	71
<b>TÍTULO VII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS .....</b>	<b>71</b>
<b>TÍTULO VIII – DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS .....</b>	<b>72</b>

## TÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

### CAPÍTULO I – DA CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA

**Artigo 1º** - Esta unidade escolar é mantida pelo Poder Público Estadual e administrada pela Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (Seduc-SP), com base nos dispositivos constitucionais vigentes, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN nº 9.394/96), no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal nº 8.069/1990), na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) e no Currículo Paulista, para o Ensino Fundamental e Ensino Médio, respeitadas as normas regimentais básicas aqui estabelecidas e, reger-se-á por este Regimento próprio.

**§ 1º** - Esta unidade escolar oferece, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação Profissional Técnica abaixo descritos, e denomina-se **ESCOLA ESTADUAL MARINALVA GIMENES COLOSSAL DA CUNHA**

**I** - Ensino Fundamental

**II** - Ensino Médio

**III** – Educação Profissional Técnica

**§ 2º** - A oferta de cursos técnicos será realizada diretamente por esta escola ou por meio de instituições parceiras, conforme os Planos de Curso Técnico disponibilizados pela Secretaria da Educação de São Paulo, em conformidade com o estabelecido neste Regimento e na legislação vigente.

**Artigo 2º** – Além dos componentes curriculares da Base Nacional Comum, oferta-se atividades educativas alinhadas às vocações, desejos e realidades dos estudantes do Ensino Fundamental e do Ensino Médio por meio dos componentes curriculares do Programa “Inova Educação”, a saber:

**I** – Eletivas;

**II – Projeto de Vida;**

**III – Tecnologia e Inovação.**

**Artigo 3º** - O presente Regimento Escolar foi construído democraticamente pela comunidade escolar, submetido à apreciação do Conselho de Escola e, na sequência enviado à aprovação da Diretoria de Ensino Região de Sumaré.

## **CAPÍTULO II – DOS OBJETIVOS DA EDUCAÇÃO ESCOLAR**

**Artigo 4º** - A educação escolar, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

**Parágrafo único** – A educação escolar, neste estabelecimento, tem um compromisso com a formação e o desenvolvimento humano integral dos estudantes, em suas dimensões intelectual, física, afetiva, social, ética, moral e simbólica.

**Artigo 5º** – Os objetivos do ensino que esta escola busca alcançar são:

- I** – Propiciar o desenvolvimento integral do estudante;
- II** – Assegurar ao estudante a formação comum indispensável para o exercício da cidadania;
- III** – Fornecer ao estudante os meios para que ele possa progredir na vida acadêmica, no trabalho, na vida pessoal e em estudos posteriores;
- IV** – Desenvolver a capacidade de aprendizagem do estudante, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;
- V** – Desenvolver a capacidade de aprendizagem do estudante, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;
- VI** – Assegurar ao estudante a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;
- VII** – Garantir ao estudante as aprendizagens propostas no currículo para que ele desenvolva interesses e sensibilidades que lhe permitam usufruir, bem como produzir os bens culturais disponíveis na comunidade, na cidade de Sumaré ou na sociedade em geral e que lhe possibilitem ser protagonista desses bens.

**VIII –** Possibilitar ao estudante o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

**Artigo 6º** - A Educação Profissional e Tecnológica tem por objetivos:

**I-** Facilitar o acesso dos estudantes à formação profissional.

**II-** Desenvolver no educando competências para a vida produtiva e social.

**III-** Capacitar o educando para o exercício da cidadania e promover sua inserção e progressão no mercado de trabalho e em estudos subsequentes.

**IV-** Fomentar a produção, difusão cultural, científica, tecnológica e desportiva para a comunidade local ou regional.

**V-** Capacitar o estudante por meio de formação técnica e ética, tornando-o socialmente responsável em sua formação profissional.

**VI-** Contribuir para com a conscientização do estudante acerca das necessidades locais e globais, bem como, de seus direitos e deveres.

**VII-** Fomentar a formação teórico-prática, aproximando o estudante da realidade vivenciada pelas empresas.

**VIII-** Oportunizar a formação profissional por meio do desenvolvimento de habilidades competências essenciais para o exercício da profissão.

**IX-** Promover o desenvolvimento de habilidades e competências pessoais e interpessoais para uma atuação profissional qualificada.

**X-** Viabilizar parcerias com empresas para o desenvolvimento de cursos, bem como, para identificar oportunidades para fomentar a empregabilidade dos estudantes.

**XI-** Formar profissionais que atendam às demandas do mercado e do mundo do trabalho, exercendo suas atividades com autonomia e protagonismo, incrementando aos seus conhecimentos, habilidades, valores e atitudes o fomento em processo de contínuo desenvolvimento.

### CAPÍTULO III – DA ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA ESCOLA

**Artigo 7º** - Esta unidade escolar está organizada para atender às necessidades socioeducacionais e de aprendizagem dos estudantes em prédio e salas com mobiliário, equipamentos e material didático-pedagógico adequados às diferentes faixas etárias, etapas de ensino e cursos ministrados.

**§ 1º** - Esta escola funcionará em 2 turnos diurnos.

**Artigo 8º** – Esta unidade escolar está organizada para cumprir as cargas horárias dos cursos que oferta, nos termos da legislação educacional vigente.

**I** – Ensino Fundamental: carga horária mínima de (1.000) horas anuais.

**II** – Ensino Médio: carga horária mínima de (1.000) horas anuais.

**III** – Educação Profissional Técnica: carga horária mínima de 1.020.

**§ 1º** – A carga horária mínima de cada curso será ministrada em, no mínimo, 200 (duzentos) dias de efetivo trabalho escolar, respeitada a correspondência, quando for adotada a organização semestral.

**§ 2º** – Consideram-se de efetivo trabalho escolar, os dias em que forem desenvolvidas atividades regulares de aula ou outras programações didático-pedagógicas, planejadas pela escola desde que contem com a presença de professores e a frequência controlada dos estudantes.

**§ 3º** – Para cumprimento da carga horária prevista em lei, o tempo de intervalo entre uma aula e outra, assim como o destinado ao recreio, deverá seguir o fundamento legal vigente.

**Artigo 9º** - As atividades escolares obrigatórias dos cursos ministrados nesta escola, serão cumpridas e ofertadas da seguinte forma:

**I** – Por meio de atividades programadas e desenvolvidas no interior da escola;

**II** – Por meio de atividades programadas e desenvolvidas fora da escola, desde que autorizadas pelo órgão competente, - aulas on-line e à distância, no ensino médio, de acordo com a legislação vigente;

§ 1º - A aula on-line fará parte do processo de ensino-aprendizagem no ensino médio e acontecerá total ou parcialmente em ambiente virtual, por meio de vídeos, ebooks e outros materiais e estratégias digitais.

§ 2º - O cumprimento da carga horária prevista em lei será assegurado por meio de registros sistematizados.

## TÍTULO II – DA ORGANIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

### CAPÍTULO I – DA CARACTERIZAÇÃO DO ENSINO

**Artigo 10 -** A organização e desenvolvimento do ensino compreende o conjunto de medidas voltadas para consecução dos objetivos estabelecidos na Proposta Pedagógica desta escola, abrangendo:

**I –** Níveis, cursos e modalidades de ensino;

**II –** Currículos;

**III –** Progressão continuada;

**IV –** Progressão parcial;

**V –** Retenção parcial;

**VI –** Projetos especiais;

**VII –** Estágio na escola.

**Artigo 11 –** Dentro de sua organização e desenvolvimento do ensino, esta escola poderá adotar, em todas as modalidades e etapas do Ensino Fundamental e do no Ensino Médio, o ensino híbrido da seguinte forma:

**I –** Mistura/fusão metodológica: oferta de ensino presencial e ensino on-line;

**II –** Integração do processo ensino-aprendizagem à tecnologia: configuração e oferta de aulas que favoreçam momentos de interação, colaboração e envolvimento dos docentes e estudantes com as tecnologias digitais.

**Parágrafo Único –** O ensino on-line, no ensino médio, será ofertado por meio de vídeos, ebooks e outros recursos/materiais e estratégias digitais.

## CAPÍTULO II – DOS NÍVEIS, CURSOS E MODALIDADES DE ENSINO

**Artigo 12 -** Esta escola ministra cursos da Educação Básica nas seguintes etapas: Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação Profissional Técnica.

**§ 1º –** O Ensino Fundamental Anos Finais, é organizado e tratado conforme legislação vigente.

**§ 2º –** O Ensino Médio, com duração mínima de 3 (três) anos.

**§ 3º –** A Educação Profissional Técnica com duração mínima de 2 (dois) anos.

**Artigo 13 –** O Ensino Fundamental, modelado em regime de progressão continuada, com duração de 9 (nove) anos e está organizado nesta unidade escolar, do 6º ao 9º ano.

**Artigo 14 –** O Ensino Médio, com duração de três anos, será oferecido em regime de progressão parcial.

**Artigo 15 –** Os cursos da Educação Profissional, destinados à qualificação profissional ou à formação de técnico em nível médio serão regidos conforme a legislação educacional específica.

### **Artigo 16 – A Educação Especial**

Nos termos da Política de Educação do Estado de São Paulo, são considerados estudantes elegíveis aos serviços da Educação Especial:

I - Estudante com deficiência, assim considerado aquele que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas, conforme disposto na Lei Federal nº 13.146/2015;

II - Estudante com Transtorno do Espectro Autista (TEA), assim considerado, em conformidade com o parágrafo primeiro do artigo 1º da Lei Federal nº 12.764/2012.

III - Estudantes com altas habilidades/superdotação, assim considerado aquele que demonstra elevado potencial intelectual, acadêmico, de liderança, psicomotor e artístico,

de forma isolada ou combinada, além de apresentar grande criatividade e envolvimento na aprendizagem e realização de tarefas em áreas de seu interesse.

**Artigo 17** - Os estudantes elegíveis aos serviços da Educação Especial, em conformidade com a Política de Educação Especial do Estado de São Paulo, promulgada por meio do Decreto nº 67.635/2023 e regulamentada por legislação vigente, visando à garantia de acesso, permanência, redução e eliminação de barreiras no ambiente escolar e o melhor desenvolvimento integral, serão atendidos com os seguintes apoios, recursos e serviços da Educação Especial:

I - Professor Especializado em Educação Especial, na área da necessidade do estudante, para prestar apoio pedagógico complementar ou suplementar para os estudantes e/ou ou para prestar apoio e orientação para a equipe gestora, docentes, funcionários, estudante e família dos estudantes elegíveis para a Educação Especial, conforme preconizado na legislação específica que rege o tema.

II - Atendimento Educacional Especializado – AEE em Sala de Recursos Multifuncionais (quando a escola tiver espaço físico disponível) ou na Modalidade Itinerante em Espaço Multiuso (quando a escola não tiver espaço físico disponível), no contraturno (escolas regulares), no turno escolar (Escolas do PEI de 09h) ou no turno extra (escolas do PEI de 07h), com a utilização de procedimentos, equipamentos e materiais próprios, por meio da atuação de professor especializado para orientação, complementação ou suplementação das atividades curriculares, cuja solicitação se dará nos termos da legislação específica que rege o tema.

III - Projeto Ensino Colaborativo no turno escolar como forma de AEE expandido que terá sua organização e execução efetivadas por meio da atuação do trio gestor da unidade escolar, professores regentes das classes comuns do ensino regular e Professor Especializado, cujas atribuições se darão nos termos da legislação específica que regula o tema.

IV - Recursos Pedagógicos, de Acessibilidade e de Tecnologia Assistiva, buscando o apoio juntos à unidade executora – UEX correspondentes (Associações de Pais e Mestres – APM Escolar), conforme disposto no Programa Dinheiro Direto na Escola Paulista – PDDE Paulista.

V - Profissional para atuar com estudantes com deficiência auditiva e surdez ou surdo-cegueira, sendo Professor de Libras ou Professor interlocutor de Libras, Profissional tradutor e intérprete ou Instrutor-mediador ou Guia-intérprete, de acordo com a necessidade de cada estudante e em conformidade com o disposto na legislação específica que rege o tema.

VI - Serviço de Profissional de Apoio Escolar – Atividades de Vida Diária – PAE/AVD, que atuará, em regra, fora da sala de aula e oferecerá o auxílio necessário aos estudantes que não consigam realizar com autonomia e independência as atividades de: alimentação, no cotidiano escolar; higiene pessoal, íntima e bucal, incluindo o apoio para utilização do banheiro no cotidiano escolar; locomoção nos ambientes escolares e espaços alternativos para atividades escolares e/ou autocuidado no cotidiano escolar.

VII - Serviço de Profissional de Apoio Escolar – Atividades Escolares – PAE/AE, que atuará na mediação e no auxílio à superação das dificuldades gerais relacionadas às atividades escolares, em sala de aula e também, se necessário, em apoio às atividades extraclasse que ocorrem no âmbito escolar, dando suporte à comunicação e à interação social, sendo articulado com as atividades da classe comum do ensino regular e do Atendimento Educacional Especializado – AEE, em qualquer de suas formas;

VIII - Transporte escolar, com presença de monitor, fornecido aos estudantes que não apresentem desenvolvidas condições de mobilidade, locomoção e autonomia no trajeto casa/escola/casa, requerido e ofertado nos termos da legislação específica que regula o tema.

**Artigo 18** - Aplicam-se aos estudantes elegíveis aos serviços da Educação Especial os critérios de avaliação previstos na Proposta Pedagógica, considerando a necessidade de acessibilidade curricular com os procedimentos de flexibilização/adaptação/adequação curricular e das formas alternativas de comunicação e adaptação dos materiais didáticos e dos ambientes físicos disponibilizados.

**Artigo 19** - As ações e procedimentos relativos à Educação Especial não previstos nessas normas regimentais obedecerão ao disposto nas legislações específicas que regem o tema.

**Artigo 20** - Esta escola poderá instalar outros cursos com a finalidade de atender aos interesses da comunidade local, dentro de suas possibilidades físicas, humanas e financeiras ou em regime de parceria, desde que não haja prejuízo do atendimento à demanda escolar do Ensino Fundamental e Médio:

**I** – Módulos de cursos de Educação Profissional Básica, de organização livre e com duração prevista na proposta pedagógica da escola, destinados à qualificação para profissões de menor complexidade, com ou sem exigência de estudos anteriores ou concomitantes.

**II** - Cursos de educação continuada para formação de professores e funcionários, sem prejuízo para as demais atividades escolares.

**§ 1º** – Para cumprimento do disposto neste artigo, esta escola poderá firmar ou propor termos de cooperação ou acordos com entidades públicas ou privadas, garantidos os seus objetivos educacionais.

**§ 2º** – Os termos de cooperação ou acordos poderão ser firmados pela direção da escola, ou por meio de suas instituições jurídicas, ou ainda pelos órgãos próprios do Sistema Escolar, sendo que, em qualquer dos casos, deverão ser submetidos à apreciação do Conselho de Escola e aprovação do órgão competente do Sistema de Ensino, de acordo com a legislação vigente.

**§ 3º** – A instalação de novos cursos está sujeita à competente autorização da Diretoria de Ensino Região de Sumaré.

### **CAPÍTULO III – DOS CURRÍCULOS**

**Artigo 21** – Nesta escola, o currículo dos cursos e modalidades de ensino respeitará e atenderá às normas estabelecidas nas legislações vigentes, no Ensino Fundamental sendo organizado pela Base Nacional Comum e parte diversificada e no Ensino Médio sendo organizado pela Base Nacional Comum Curricular (formação geral básica) e Itinerários Formativos, observada a legislação educacional específica.

**Artigo 22** – O currículo dos cursos e modalidades de ensino ministrados, consiste em uma proposta de ações por meio do desenvolvimento de competências e habilidades que se expressa por práticas escolares que se desdobram em torno de conhecimentos relevantes

e pertinentes, permeadas pelas relações sociais, articulando vivências e saberes do estudante e contribuindo para o desenvolvimento de sua identidade e condições cognitivas e socioemocionais, observado o Currículo Paulista.

**§ 1º** - O alinhamento do currículo desta escola ao Currículo Paulista da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo contemplará:

**I** – Tratamento metodológico que evidencie a contextualização, a diversificação e a transdisciplinaridade ou outras formas de interação e articulação entre diferentes campos de saberes específicos;

**II** – Vivências práticas vinculadas à educação escolar, ao mundo do trabalho, e à prática social;

**III** – A possibilidade de aproveitamento de estudos visando ao reconhecimento de saberes adquiridos nas experiências pessoais, sociais e do trabalho.

**Artigo 23** – A organização curricular dos cursos ministrados nesta escola, possibilitará o desenvolvimento das respectivas competências e habilidades propostas no Currículo Paulista da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo implementada pela escola.

**Artigo 24** – Os componentes curriculares e os conteúdos pedagógicos de cada curso estão descritos e organizados na Proposta Pedagógica e no Plano Escolar desta escola, em conformidade com a Nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) e o Currículo Paulista.

## SEÇÃO I – DO ENSINO FUNDAMENTAL

**Artigo 25** – O currículo do Ensino Fundamental – Anos Finais, na modalidade de ensino regular, terá uma Base Nacional Comum (formação geral básica) e uma parte diversificada, observada a Nova Base Nacional Curricular Comum (BNCC), as Diretrizes Curriculares específicas e o Currículo Paulista, aplicando-se a flexibilização curricular e temporal para os estudantes elegíveis para a Educação Especial.

**Artigo 26** – O processo de ensino-aprendizagem no Ensino Fundamental será, necessariamente, articulado com as experiências vivenciadas na Educação Infantil visando garantir a progressiva sistematização dessas experiências quanto ao desenvolvimento, pelos estudantes, de novas formas de relação com o mundo, novas possibilidades de ler e

formular hipóteses sobre os fenômenos, de testá-las, de refutá-las, de elaborar conclusões, em uma atitude ativa na construção de conhecimentos.

**Artigo 27** – Nesta escola, a implementação do currículo do Ensino Fundamental:

**I** – Conterá medidas que assegurem aos estudantes um percurso contínuo e progressivo de aprendizagens ao longo do curso, promovendo integração nos nove (9) anos desta etapa da Educação Básica, evitando a ruptura no processo e garantindo o desenvolvimento integral e autonomia;

**II** – Assegurará a progressiva sistematização das experiências e saberes prévios dos estudantes com o desenvolvimento de novas formas de relação com o mundo, novas formas de ler e formular hipóteses sobre os fenômenos, de testá-las, refutá-las, de elaborar conclusões, em uma atitude ativa na construção de conhecimentos.

**Artigo 28** – O Ensino Fundamental está organizado em Áreas do Conhecimento, com as respectivas competências descritas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e Currículo Paulista, conforme descrito a seguir:

**I** – Área de Linguagens;

**II** – Área de Matemática;

**III** – Área de Ciências da Natureza;

**IV** – Área de Ciências Humanas;

**V** – Ensino Religioso.

## SEÇÃO II – DO ENSINO MÉDIO

**Artigo 29** – Nesta escola, a etapa do Ensino Médio em todas as suas modalidades de ensino e as suas formas de organização e oferta, será orientado pelos seguintes princípios específicos:

**I** – Formação integral do estudante, expressa por valores, aspectos físicos, cognitivos e socioemocionais;

**II** – Projeto de vida como estratégia de reflexão sobre trajetória escolar na construção das dimensões pessoal, cidadã e profissional do estudante;

**III** – Pesquisa como prática pedagógica para inovação, criação e construção de novos conhecimentos;

**IV** – Respeito aos direitos humanos como direito universal;

**V** – Compreensão da diversidade e realidade dos sujeitos, das formas de produção e de trabalho e das culturas;

**VI** – Sustentabilidade ambiental;

**VII** – Diversificação da oferta de forma a possibilitar múltiplas trajetórias por parte dos estudantes e a articulação dos saberes com o contexto histórico, econômico, social, científico, ambiental, cultural local e do mundo do trabalho;

**VIII** – Indissociabilidade entre educação e prática social, considerando-se a historicidade dos conhecimentos e dos protagonistas do processo educativo;

**IX** – Indissociabilidade entre teoria e prática no processo de ensino e aprendizagem.

**Artigo 30** – Os currículos do Ensino Médio deverão considerar a formação integral do estudante, de maneira a adotar um trabalho voltado para a construção de seu Projeto de Vida e para sua formação nos aspectos físicos, cognitivos e socioemocionais.

**Artigo 31** – Os conteúdos, as metodologias e as formas de avaliação processual e formativa serão organizados por meio de atividades teóricas e práticas, provas orais e escritas, seminários, projetos e atividades *on-line*, quando for o caso, de tal forma que ao final do Ensino Médio o educando demonstre:

**I** - Domínio dos princípios científicos e tecnológicos que presidem a produção moderna;

**II** - Conhecimento das formas contemporâneas de linguagem.

**Artigo 32** – A carga horária total no Ensino Médio será de 3.000 horas, sendo 1.000 horas anuais.

**§ 1º** – A carga horária destinada ao cumprimento da Base Nacional Comum Curricular será de no mínimo 2.400 horas do total da carga horária do Ensino Médio.

**§ 2º** – A carga horária destinada ao cumprimento da parte diversificada (Itinerários Formativos) será de 600 horas.

**Artigo 33** – O currículo do Ensino Médio desenvolverá os direitos e objetivos de aprendizagem previstos na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e Currículo Paulista

para os estudantes do Ensino Médio, conforme diretrizes do Conselho Nacional de Educação, nas seguintes áreas do conhecimento:

- I – Linguagens e suas tecnologias;
- II – Matemática e suas tecnologias;
- III – Ciências da Natureza e suas tecnologias;
- IV – Ciências Humanas e sociais aplicadas;
- V - Formação Técnica e Profissional

**Artigo 34** – O currículo do Ensino Médio será composto pela formação geral básica (Base Nacional Comum Curricular) e por Itinerários Formativos.

**§ 1º** – Os Itinerários Formativos serão organizados por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares constituídos pelas quatro áreas do conhecimento, além da Formação Técnica e Profissional.

**§ 2º** – O estudante poderá escolher dois Itinerários Formativos para seu aprofundamento curricular, com exceção da Formação Técnica e Profissional.

**Artigo 35** – Esta escola orientará os estudantes do Ensino Médio no processo de escolha das áreas de conhecimento ou de atuação profissional que deverá cursar de acordo com seu interesse e projeto de vida.

**Artigo 36** – A formação geral básica garantirá os direitos e objetivos de aprendizagem, expressos em competências e habilidades, nos termos da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e Currículo Paulista.

**Artigo 37** – A parte diversificada (Itinerários Formativos) do currículo do Ensino Médio estará harmonizada com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e será articulada a partir do contexto histórico, econômico, social, ambiental e cultural desta escola.

**Artigo 38** – Os itinerários formativos organizar-se-ão em torno de quatro eixos estruturantes:

I – Investigação científica, que supõe o aprofundamento de conceitos fundantes das ciências para a, interpretação de ideias, fenômenos e processos para serem utilizados em procedimentos de proposição de intervenções que considerem o desenvolvimento local e a melhoria da qualidade de vida da comunidade;

II – Processos criativos, que supõem o uso e o aprofundamento do conhecimento científico na construção e criação de experimentos, modelos, protótipos para a criação de processos

ou produtos que atendam a demanda pela resolução de problemas identificados na sociedade;

**III** – Mediação e intervenção sociocultural, que supõem a mobilização de conhecimentos de uma ou mais áreas para mediar conflitos, promover entendimento e implementar soluções para questões e problemas identificados na comunidade;

**IV** – Empreendedorismo, que supõe a mobilização de conhecimento de diferentes áreas para a formação de organizações com variadas missões voltadas ao desenvolvimento de produtos ou prestação de serviços inovadores com o uso de suas tecnologias.

**Artigo 39** – Os Itinerários Formativos são constituídos por componentes específicos com carga horária anual, de acordo com o turno e a série, e do Itinerário Formativo de escolha, conforme o disposto nas respectivas matrizes.

**Parágrafo único** – Os Itinerários Formativos ofertados no Ensino Médio das escolas públicas de São Paulo estão organizados em áreas de conhecimento integradas, além de formação técnica profissional, sendo:

- a) Linguagens e suas Tecnologias e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (LGG-CHS);
- b) Ciências da Natureza e Suas Tecnologias e Matemática (CNT-MAT);
- c) Formação Técnica Profissional.

### **CAPÍTULO III – DA PROGRESSÃO CONTINUADA**

**Artigo 40** – A progressão continuada pressupõe que o estudante deve obter as competências e habilidades em um ciclo/período de ensino. Nesse sistema de ciclos/períodos de aprendizagem está previsto a recuperação da defasagem.

**Artigo 41** – Esta escola adotará o regime de progressão continuada, no Ensino Fundamental, com a finalidade de garantir aos estudantes o direito público subjetivo de acesso, permanência e sucesso no Ensino Fundamental.

**Artigo 42** – A organização do Ensino Fundamental em duas etapas – Anos Iniciais e Anos Finais – visa favorecer a progressão bem-sucedida, garantindo atividades de reforço e recuperação aos estudantes com dificuldades de aprendizagem, por meio de novas e diversificadas oportunidades para a construção do conhecimento e o desenvolvimento de habilidades essenciais.

## CAPÍTULO IV – DA PROGRESSÃO PARCIAL

**Artigo 43** – Esta escola adotará o regime de progressão parcial de estudos para estudantes do Ensino Médio ou Educação Profissional Técnica, que, após estudos ao longo do ano letivo de reforço e recuperação contínua e/ou intensiva, não apresentarem rendimento escolar satisfatório.

**Parágrafo único** – O estudante, com rendimento insatisfatório em até 3 (três) componentes curriculares, será classificado na série subsequente, devendo cursar, concomitantemente ou não, estes componentes curriculares.

**Artigo 44** – Será admitida a progressão parcial de estudos para estudantes do 9º ano do Ensino Fundamental, desde que sejam asseguradas as condições necessárias à conclusão do Ensino Fundamental.

**Artigo 45** - A progressão parcial de estudos poderá ser adotada também nos cursos de Educação Profissional, respeitadas as normas específicas de cada curso.

**Artigo 46** – Os procedimentos para o regime de progressão parcial de estudos são

**I** – Os gestores escolares registrarão em ata os componentes curriculares, nos quais o aluno não obteve êxito no período letivo anterior.

**II** – No início do ano letivo vigente, o estudante com componente curricular pendente será inscrito/cadastrado na secretaria da escola para realizar as atividades previstas nos respectivos componentes curriculares;

**III** – Os estudantes em regime de progressão parcial serão classificados na série/ano subsequente, e cursarão, concomitantemente, os componentes curriculares nos quais não obtiveram êxito no período letivo anterior, conforme previsto no Regimento Escolar.

**IV** – A equipe gestora designará o docente responsável em aplicar as atividades pedagógicas junto ao estudante;

**V** – O docente responsável em acompanhar o estudante ao longo do ano letivo, elaborará um Plano de Trabalho que deverá ser cumprido pelo estudante.

**VI** – Em cada bimestre, o docente atribuirá nota de zero (0) a dez (10) à produção acadêmica do estudante;

**VII** – A produção acadêmica e o resultado educacional do estudante com componente curricular pendente serão analisados e deliberados pelo Conselho de Série/Ano.

**VIII** – As avaliações e todo o procedimento realizado pertinente à execução de estudos durante o processo de progressão parcial serão arquivados no prontuário do aluno

**IX** – Os gestores escolares registrarão em ata o aproveitamento bimestral do estudante, em cada componente curricular, colhendo a assinatura do professor responsável.

**X** – Bimestralmente os gestores escolares darão ciência do resultado educacional ao estudante e aos pais ou responsáveis legais.

**XI** – O resultado final dos estudos na progressão parcial será registrado na Ata de Resultados Finais, pela equipe gestora e essa Ata será enviada anualmente para a Diretoria de Ensino Região de Sumaré.

## **CAPÍTULO V – DA RETENÇÃO PARCIAL**

**Artigo 47** – O estudante, com rendimento insatisfatório em mais de 3 (três) componentes curriculares, será classificado na mesma série, ficando dispensado de cursar os componentes curriculares concluídos com êxito no período letivo anterior.

## **CAPÍTULO VI – DOS PROJETOS ESPECIAIS**

**Artigo 48** – Esta escola poderá desenvolver, anualmente, projetos especiais abrangendo:

**I** – Atividades de reforço e recuperação da aprendizagem e orientação de estudos;

**II** – Programas especiais de aceleração de estudos para alunos com defasagem idade/série;

**III** – Organização e utilização de salas ambiente, de multimeios, de multimídia e laboratórios;

**IV** – Grupos de estudo e pesquisa;

**V** – Cultura e lazer: por meio do desenvolvimento e incentivo às atividades de cultura, arte e lazer com vistas à formação integral do estudante;

**VI** – Semana Cultural;

**VII** – Semana da cultura africana e indígena;

**VIII** – Sala de Leitura: proporciona aos estudantes de todos os cursos e modalidades de ensino desta escola, a oportunidade de acesso a livros, folhetos, catálogos, vídeos, DVD, CDs e outros recursos complementares. Consiste em um ambiente privilegiado de incentivo à leitura como fonte de informação, prazer e entretenimento, contribuindo para a formação de leitores críticos, criativos, reflexivos e autônomos.

**X** – Professor Orientador de Convivência (POC): implementado pelo Sistema de Proteção Escolar cuja atribuição é coordenar o planejamento de execução de medidas de prevenção, mediação e resolução de conflitos no ambiente escolar.

**XI** – Grêmios Estudantis: consiste em um espaço do estudante no qual se desenvolve o debate, trabalho em grupo e novas ideias. O Grêmios Estudantis desta escola proporciona ao estudante a oportunidade de estimular outros estudantes a participar da vida escolar e, também da rotina da comunidade, por meio de projetos nas áreas de comunicação, cultura, esporte, social e política.

**XII** – Outros de interesse da comunidade escolar.

**Parágrafo único** – Os projetos especiais, integrados aos objetivos da escola, serão planejados e desenvolvidos por profissionais da escola e aprovados pelo Conselho de Escola.

## **CAPÍTULO VII – DO ESTÁGIO NA ESCOLA**

**Artigo 49** – Esta escola receberá estudantes de cursos de Educação Superior (licenciaturas) para realização de estágio profissional.

**Artigo 50** – O estágio profissional será realizado em ambientes específicos, com profissionais devidamente habilitados, será supervisionado pelo Coordenador de Gestão

Pedagógica e visa assegurar ao estudante de cursos superiores de licenciatura as condições necessárias à sua integração no mundo do trabalho.

**§ 1º** – O estágio abrangerá atividades de prática profissional orientada, vivenciadas em situações reais de trabalho e de ensino-aprendizagem com acompanhamento direto de docentes habilitados.

**§ 2º** – As atividades de prática de ensino abrangerão a aprendizagem de conhecimentos teóricos e experiências docentes, por meio da execução dos projetos de estágio das Escolas Superiores.

**Artigo 51** – As atividades de prática profissional e de estágio supervisionado visa ao desenvolvimento das experiências teórico-práticas programadas para a formação profissional pretendida.

**Artigo 52** – A carga horária, sistemática, formas de execução e procedimentos avaliatórios da prática profissional e do estágio supervisionado serão definidas pelo Conselho de Escola.

### **TÍTULO III– DA GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA**

#### **CAPÍTULO I – DOS PRINCÍPIOS**

**Artigo 53** – A administração desta escola será pautada pela gestão democrática e participativa, centrada na coletividade, na cooperação, no respeito mútuo e no bem comum.

**Parágrafo único** – A gestão democrática e participativa tem por finalidade possibilitar à escola maior grau de autonomia, de forma a garantir o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, assegurando padrão adequado de qualidade do ensino ministrado.

**Artigo 54** – Nesta escola, o processo de construção da gestão democrática e participativa será fortalecido por meio de medidas e ações dos órgãos centrais da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (Seduc-SP) e da Diretoria de Ensino Região de Sumaré que são as instituições responsáveis pela administração e supervisão das escolas da Rede Estadual de Ensino, mantidos os princípios de coerência, equidade e corresponsabilidade da comunidade escolar na organização e prestação dos serviços educacionais.

**Artigo 55** – Para melhor consecução de sua finalidade, a gestão democrática e participativa na escola far-se-á mediante à:

- I** – Participação dos profissionais da escola na elaboração da Proposta Pedagógica;
- II** – Participação dos diferentes segmentos da comunidade escolar (direção, professores, pais, alunos e funcionários) nos processos consultivos e decisórios, por meio do Conselho de Escola e Associação de Pais e Mestres (APM);
- III** – Autonomia na gestão pedagógica, administrativa e financeira, respeitadas as diretrizes e normas legais vigentes;
- IV** – Transparência nos procedimentos pedagógicos, administrativos e financeiros, garantindo-se a responsabilidade e o zelo comum na manutenção e otimização do uso, aplicação e distribuição adequada dos recursos públicos;
- V** - Valorização da escola enquanto espaço privilegiado de execução do processo educacional.

**Artigo 56** – A autonomia desta escola, em seus aspectos administrativos, financeiros e pedagógicos, entendidos como mecanismos de fortalecimento da gestão a serviço da comunidade, será assegurada mediante a:

- I** – Capacidade de a escola, coletivamente, formular, implementar e avaliar sua Proposta Pedagógica e seu Plano de Gestão/Escolar;
- II** – Constituição e funcionamento do Conselho de Escola, dos Conselhos de Classe / Série / Ano, da Associação de Pais e Mestres (APM) e do Grêmio Estudantil;
- III** – Participação da comunidade escolar, por meio do Conselho de Escola, nos processos de escolha ou indicação de profissionais para o exercício de funções, respeitada a legislação vigente;
- IV** – Administração dos recursos financeiros, por meio da elaboração, execução e avaliação do respectivo plano de aplicação, devidamente aprovado pelos órgãos ou instituições escolares competentes, obedecida a legislação específica para gastos e prestação de contas de recursos públicos.

## **CAPÍTULO II – DAS INSTITUIÇÕES ESCOLARES**

**Artigo 57** – Este estabelecimento de ensino desenvolverá sua função de aprimorar o processo de construção da autonomia da escola e as relações de convivência intraescolar e extraescolar.

**Artigo 58** – Esta escola contará, no mínimo, com as seguintes instituições escolares criadas por lei específica:

**I** – Associação de Pais e Mestres (APM);

**II** – Grêmio Estudantil.

**Parágrafo único** – Cabe à equipe gestora da escola garantir a articulação da Associação de Pais e Mestres (APM) com o Conselho de Escola e criar condições para a organização dos estudantes no Grêmio Estudantil.

**Artigo 59** – Todos os bens desta escola e de suas instituições juridicamente constituídas, serão patrimoniados, sistematicamente atualizados e cópia de seus registros encaminhados anualmente à Diretoria de Ensino Região xxx.

**Artigo 60** – Outras instituições e associações poderão ser criadas, desde que aprovadas pelo Conselho de Escola e explicitadas no Plano de Gestão/Escolar.

### **CAPÍTULO III – DOS COLEGIADOS**

**Artigo 61** - Esta escola contará com os seguintes colegiados:

**I** – Conselho de Escola, constituído nos termos da legislação educacional vigente;

**II** – Conselhos de Classe / Série / Ano, constituídos nos termos deste Regimento.

### **SEÇÃO I – DO CONSELHO DE ESCOLA**

**Artigo 62** - O Conselho de Escola, articulado ao Núcleo de direção, constitui-se em colegiado de natureza consultiva e deliberativa, formado por representantes de todos os segmentos da comunidade escolar.

**Artigo 63** - O Conselho de Escola tomará suas decisões, respeitando os princípios e diretrizes da política educacional, da Proposta Pedagógica da escola e a legislação vigente.

**Artigo 64** – O Conselho de Escola poderá elaborar seu próprio estatuto e delegar atribuições a comissões e subcomissões, com a finalidade de dinamizar sua atuação e facilitar a sua organização.

**Artigo 65** – A composição e atribuições do Conselho de Escola estão definidas em legislação específica.

## SEÇÃO II – DOS CONSELHOS DE CLASSE / SÉRIE / ANO

**Artigo 66** – Os Conselhos de Classe / Série / Ano, enquanto colegiados responsáveis pelo processo coletivo de acompanhamento e avaliação do ensino e da aprendizagem, organizar-se-ão de forma a:

**I** – Possibilitar a interrelação entre profissionais e alunos, entre turnos e entre séries e turmas;

**II** – Propiciar o debate permanente sobre o processo de ensino e de avaliação de aprendizagem;

**III** – Favorecer a integração e sequência dos conteúdos curriculares de cada série/ano/classe;

**IV** – Orientar o processo de gestão do ensino.

**Parágrafo único** – Os Conselhos de Classe / Série / Ano são espaços privilegiados de avaliação e reflexão do trabalho pedagógico.

**Artigo 67** – Os Conselhos de Classe / Série / Ano, presididos pelo Diretor de Escola, serão constituídos pelo Professor Coordenador (PC), pelo Professor Orientador de Convivência (POC) e por todos os professores da mesma Classe ou Série ou Ano e contarão com a participação de alunos de cada classe com direito a voz e voto, independentemente de sua idade.

**Parágrafo único** - O Diretor de Escola/Escolar poderá delegar a presidência dos Conselhos de Classe / Série / Ano ao Vice-Diretor ou a qualquer dos membros do Conselho.

**Artigo 68** – Os Conselhos de Classe / Série / Ano deverão se reunir, ordinariamente, uma vez por bimestre, ou quando convocados pelo Diretor de Escola.

**Artigo 69** – São atribuições dos Conselhos de Classe / Série / Ano:

**I** – Avaliar o desempenho da trajetória escolar e o rendimento de cada estudante e aferir os resultados de aprendizagem relativos aos diferentes componentes curriculares, visando propor intervenções para sua melhoria.

**A)** Analisando se o estudante:

**1** – Se apropriou das competências e habilidades na aplicação dos conhecimentos desenvolvidos;

**2** – Demonstra ter práticas sociais e produtivas que determinam novas reflexões para sua aprendizagem;

**3** – Apresenta domínio das formas contemporâneas de linguagem;

**B)** Verificando se a equipe docente adotou metodologias de ensino e de avaliação de aprendizagem visando potencializar o desenvolvimento das competências e habilidades expressas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) , Currículo Paulista e estimular o protagonismo dos estudantes;

**C)** Analisando a organização dos conteúdos, das metodologias de ensino e das formas de avaliação;

**D)** Propondo a aplicação de processos de avaliação da aprendizagem modernos e contextualizados.

**E)** Analisando e revisando, sempre que necessário, os processos de avaliação da aprendizagem utilizados;

**F)** Identificando os estudantes que ainda não se apropriaram dos conteúdos desenvolvidos (aproveitamento insuficiente), propondo ações saneadoras;

**G)** Identificando as causas do aproveitamento insuficiente, propondo intervenções pedagógicas;

**H)** Coletando e utilizando informações sobre as necessidades, interesses e aptidões dos alunos;

**I)** Elaborando a programação das atividades de recuperação da aprendizagem, de aproveitamento, de desenvolvimento integral (recuperação contínua e paralela);

**J)** Elaborando a programação das atividades de compensação de ausências;

**II –** Analisar e avaliar a formação e o desenvolvimento humano global de cada estudante, nas dimensões intelectual, física, afetiva, social, ética, moral e simbólica:

**A)** Analisando e equiparando o relacionamento do estudante com os professores, os colegas, os funcionários e gestores;

**B)** Identificando os estudantes que apresentam dificuldades de relacionamentos nas interrelações sociais;

**C)** Propondo medidas que visem ao melhor desempenho educacional e social do estudante (acolhimento).

**III -** Decidir sobre a promoção do estudante:

**A)** Deliberando sobre o acesso a estudos de recuperação, ao longo do ano letivo, dos estudantes cujas notas indiquem aproveitamento inferior ao mínimo exigido.

**B)** Atribuindo a nota final nos casos de discrepância entre as menções finais e bimestrais emitidas pelo professor;

**C)** Deliberando sobre a promoção ou retenção do estudante, ao final do ano letivo, respeitando-se a legislação educacional vigente;

**D)** Verificando se foi proporcionado ao estudante, no decorrer do ano letivo, atividades destinadas à compensação de ausências;

**E)** Homologando a nota definitiva dos estudantes submetidos a estudos de recuperação contínua e paralela;

**F)** Opinando sobre os recursos relativos à verificação do rendimento escolar (recursos contra os resultados bimestrais e finais da avaliação) interpostos por alunos ou seus responsáveis legais;

## **CAPÍTULO IV – DAS NORMAS DE GESTÃO ESCOLAR E CONVIVÊNCIA**

**Artigo 70 –** As normas de gestão e convivência contidas neste Regimento visam orientar as relações profissionais e interpessoais que ocorrem no âmbito desta escola e se

fundamentam em princípios de solidariedade, ética, pluralidade cultural, autonomia e gestão democrática e participativa.

**Artigo 71** – As normas de gestão e convivência desta escola foram elaboradas com a participação representativa dos envolvidos no processo educativo – pais, alunos, professores e funcionários.

<p style="text-align: center;"><b>SEÇÃO I – DOS PRINCÍPIOS QUE REGEM AS RELAÇÕES PROFISSIONAIS E INTERPESSOAIS</b></p>
--

**Artigo 72** – As relações profissionais e interpessoais entre os integrantes da equipe escolar, constituem elementos fundamentais para a organização e o funcionamento desta escola.

**Artigo 73** – São princípios que regem as relações profissionais e interpessoais:

**I** – Autoconhecimento;

**II** – Empatia / Alteridade;

**III** – Comunicação / Assertividade;

**IV** – Cordialidade / Trato interpessoal;

**V** – Ética.

**§ 1º** – Autoconhecimento: conhecer a si mesmo e analisar o impacto que causa nos outros.

**§ 2º** – Empatia / Alteridade: *capacidade de se colocar no lugar do outro*. É ter consideração pelo outro, por sua opinião, sentimentos e motivações. É saber ouvir.

**§ 3º** – Comunicação / Assertividade: capacidade de se comunicar de maneira clara, franca, direta e acima de tudo respeitosa;

**§ 4º** – Cordialidade / Trato interpessoal: ter gentileza, simpatia e solicitude com as pessoas;

**§ 5º** – Ética: capacidade de proceder bem, sem prejudicar os outros, respeitando os combinados e os colegas de trabalho. Ser íntegro e honesto em qualquer situação, com vistas ao bom funcionamento dos processos de trabalho, alcance de metas e objetivos da equipe escolar.

## **CAPÍTULO V – DOS DIREITOS E DEVERES DOS PARTICIPANTES DO PROCESSO EDUCATIVO**

### **SEÇÃO I – DOS DIREITOS E DEVERES DA EQUIPE GESTORA**

**Artigo 74** – Os direitos e deveres da equipe gestora (Diretor, Vice-Diretor, Professor Coordenador Pedagógico, Professor Mediador Escolar) desta unidade escolar estão descritos nas legislações específicas que tratam sobre o assunto, a saber:

- I** – Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
- II** – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96);
- III** – Constituição do Estado de São Paulo de 1989;
- IV** – Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de São Paulo (Lei nº 10.261, de 28/10/1968);
- V** – Estatuto do Magistério Paulista (Lei Complementar nº 444, de 27/12/1985);
- VI** – Decretos Estaduais: nº 64.187/2019, nº 44.449/1999, nº 17.329/81, nº 52.833/2008, nº 67.635/2024, nº 68.415/24;
- VII** – Lei nº 10.177/98; nº 14.945/2024
- VIII** – Lei Complementar nº 942/2003; nº 1.374/2020;
- IX** – Resoluções SE: nº 158/1987, nº 8/2008, nº 10/2012, nº 22/2012, nº 35/2013, nº 44/2014, nº 75/2014, nº 19/2015, nº 03/2015, nº 65/2016, nº 15/2016 nº 6/2017, nº 34/2018, nº 76/2018, nº 90/2018, nº 03/2020, nº 31/2023, 31/2024, 42/2024.

**Artigo 75** – Além das normas descritas nas legislações específicas, também são deveres dos gestores desta escola:

- I** – Estabelecer bons relacionamentos com todos os públicos da escola;
- II** – Ter conhecimento do público (interno e externo) que é atendido pela escola;
- III** – Ter conhecimento e aplicar as leis e normas educacionais vigentes (Constituição Federal de 1988, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN nº 9394/96, Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº 8069/90, Plano Nacional de Educação, Plano

de Desenvolvimento da Educação Estadual e Municipal, Nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC), Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), entre outras);

**IV** – Acompanhar e orientar os processos pedagógicos que são desenvolvidos na escola;

**V** – Mobilizar e engajar os pais e responsáveis no acompanhamento da vida escolar dos estudantes e na participação no Conselho Escolar;

## **SEÇÃO II – DOS DIREITOS E DEVERES DOS PROFESSORES**

**Artigo 76** – Os direitos e deveres dos professores desta unidade escolar estão descritos nas legislações específicas que tratam sobre o assunto, a saber:

**I** – Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;

**II** – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96);

**III** – Constituição do Estado de São Paulo de 1989;

**IV** – Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de São Paulo (Lei nº 10.261, de 28/10/1968);

**V** – Estatuto do Magistério Paulista (Lei Complementar nº 444, de 27/12/1985);

**VI** – Decretos Estaduais nº: 7.510/76, 10.623/77, 11.625/78, 17.329/81, 42.815/98;

**VII** – Lei nº 10.177/98;

**VIII** – Lei Complementar nº 942/2003;

**IX** – Decretos Estaduais: nº 64.187/2019, nº 44.449/1999, nº 17.329/81 e nº 52.833/2008;

**X** – Resoluções SE: nº 15/2009, nº 22/2012, nº 74/2017;

**XI** – Resolução Conjunta SGP/SE nº 1/2012;

**XII** – Resolução Conjunta SPDR/SEE nº 1/2012.

## **SEÇÃO III – DOS DIREITOS E DEVERES DOS FUNCIONÁRIOS DA ESCOLA**

**Artigo 77** – Os direitos e deveres dos funcionários desta unidade escolar estão descritos nas legislações específicas que tratam sobre o assunto, a saber:

**I** – Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;

**II** – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96);

**III** – Constituição do Estado de São Paulo de 1989;

**IV** – Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de São Paulo (Lei nº 10.261, de 28/10/1968);

**V** – Estatuto do Magistério Paulista (Lei Complementar nº 444, de 27/12/1985);

**VI** – Decretos Estaduais: nº 64.187/2019, nº 44.449/1999, nº 17.329/81 e nº 52.833/2008;

**VII** – Lei nº 10.177/98;

**VIII** – Lei Complementar nº 942/2003; nº 1.374/2020

**IX** – Resoluções SE: nº 52/2011, nº 11/2017, nº 12/2017.

<p style="text-align: center;"><b>SEÇÃO IV – DOS DIREITOS E DEVERES DOS PAIS E RESPONSÁVEIS LEGAIS</b></p>
--

**Artigo 78** – São direitos dos pais e responsáveis legais dos alunos desta unidade escolar:

**I** – Ser comunicados sobre a Proposta Pedagógica;

**II** – Ser atendidos em suas dúvidas;

**III** – Visitar a escola para apresentar reclamações ou sugestões;

**IV** – Participar de palestras que colaborem para sua formação como pais e/ou responsáveis;

**V** – Ter conhecimento sobre a utilização dos materiais escolares;

**VI** – Ser comunicados, durante o percurso escolar do estudante, sobre a frequência, o rendimento e o aproveitamento do estudante;

**VII** – Receber esclarecimento sobre o que a família pode esperar dos serviços oferecidos pela escola;

**VIII** – Enviar medicamentos para serem ministrados ao estudante com receita médica e orientações, quando este for de hora marcada;

**IX** – Receber, com xxx horas de antecedência, comunicados escritos de reuniões e comemorações escolares;

**X** – Receber auxílio quanto à formação de hábitos de estudos de seus filhos, facilitando seu ajustamento à vida escolar, familiar, profissional e social.

**XI** – Fazer parte do Conselho de Escola, participando de assembleias, reuniões e comemorações festivas;

**Artigo 79** – São deveres dos pais e responsáveis legais dos alunos desta unidade escolar:

**I** – Conhecer e respeitar as normas escolares;

**II** – Respeitar todos os integrantes da comunidade escolar, em atitudes e palavras, acatando as normas sociais de civilidade e urbanidade;

**III** – Orientar o estudante quanto às normas de boa educação e tratamento cordial e urbano com toda comunidade escolar;

**IV** – Acompanhar o processo de ensino e de aprendizagem;

**V** – Acompanhar e verificar a execução das tarefas escolares dos estudantes;

**VI** – Acompanhar toda vida escolar do estudante, em particular sua frequência e seu rendimento;

**VII** – Atender prontamente os chamamentos da equipe escolar;

**VIII** – Evitar que o estudante traga para escola objetos e utensílios de grande valor e que possam atrapalhar seu desempenho acadêmico;

**IX** – Comunicar os gestores escolares sobre necessidade de falta à aula pelo estudante;

**X** – Orientar o estudante quanto à frequência e pontualidade nas aulas;

**XI** – Comunicar, por escrito, os gestores escolares sobre a(s) pessoa(s) responsável(is) em retirar o estudante da escola ou sobre autorização para sua saída desacompanhado.

**XII** – Estar sempre atentos aos comunicados da escola, devolvendo-os datados e assinados;

**XIII** – Manter sempre atualizados os meios de comunicação (e-mail, telefones, endereço) entre a escola e a família, visando uma rápida comunicação.

## SEÇÃO V – DOS DIREITOS E DEVERES DOS ESTUDANTES

**Artigo 80** – Esta escola acolhe estudantes de diferentes idades, níveis de desenvolvimento psicossocial e estratos sociais.

**Artigo 81** – Todo estudante desta escola tem direito a:

**I** – Educação pública gratuita e de qualidade:

**A)** Acesso à educação gratuita e de qualidade, desde o Ensino Fundamental até a conclusão do Ensino Médio;

**B)** Alunos com deficiência, que requeiram atenção especial, têm direito a recebê-la na forma adequada às suas necessidades e igualmente gratuita;

**C)** Receber educação nesta escola que deverá estar limpa e segura.

**D)** Usufruir de ambiente de aprendizagem apropriado e incentivador, livre de discriminação, constrangimentos ou intolerância;

**E)** Receber atenção e respeito de colegas, professores, funcionários e colaboradores da escola, independentemente de idade, sexo, raça, cor, credo, religião, origem social, nacionalidade, deficiências, estado civil, orientação sexual ou crenças políticas;

**F)** Receber informações sobre as aulas, programas disponíveis na escola e oportunidades de participar em projetos especiais;

**G)** Receber Boletim Escolar e demais informações sobre seu progresso educativo, bem como participar de avaliações periódicas, de maneira informal ou por instrumentos oficiais de avaliação de rendimento;

**H)** Ser notificado, com a devida antecedência, sobre a possibilidade de ser encaminhado para programa de recuperação, em razão do aproveitamento escolar;

**I)** Ser notificado sobre a possibilidade de recorrer em caso de reprovação escolar;

**J)** Ter garantida a confidencialidade das informações de caráter pessoal ou acadêmicas registradas e armazenadas pelo sistema escolar, salvo em casos de risco ao ambiente escolar ou em atendimento a requerimento de órgãos oficiais competentes.

**II** – Liberdade individual e de expressão:

**A)** Organizar, promover e participar do Grêmio Estudantil ou entidade similar na escola;

**B)** Participar da publicação de jornais ou boletins informativos escolares, desde que produzidos com responsabilidade e métodos jornalísticos, que reflitam a vida na escola ou expressem preocupações e pontos de vista dos alunos;

**C)** Promover a circulação de jornais, revistas ou literatura na escola, em qualquer dos veículos de mídia disponíveis, desde que observados os parâmetros definidos pela escola no tocante a horários, locais e formas de distribuição ou divulgação. Fica proibida a veiculação de conteúdos difamatórios, obscenos, preconceituosos, racistas, discriminatórios, comerciais, de cunho partidário ou de organizações paramilitares, que promovam a apologia ao crime ou a atos ilícitos ou estimulem a sua prática, ou cuja distribuição perturbe o ambiente escolar, incite à desordem ou ameace a segurança ou os direitos fundamentais do cidadão, conforme previsto na Constituição Federal, na Lei Federal nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e demais previsões legais;

**D)** Afixar avisos no mural administrativo da escola, sempre acatando os regulamentos estabelecidos por esta. Fica proibida a veiculação de conteúdos difamatórios, obscenos, preconceituosos, racistas, discriminatórios, comerciais, de cunho partidário ou de organizações paramilitares, que promovam a apologia ao crime ou a atos ilícitos ou estimulem a sua prática, que perturbem o ambiente escolar, incitem à desordem ou ameacem a segurança ou os direitos fundamentais do cidadão, conforme previsto na Constituição Federal, na Lei Federal nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e demais previsões legais;

**E)** Decidir sobre as vestimentas pessoais que portará, assim como sobre distintivos ou adereços de uso estritamente pessoal, exceto nos casos em que sua apresentação represente perigo a si ou aos demais, ou quando divulgar ideias racistas, preconceituosas, difamatórias, obscenas ou cuja circulação perturbe o ambiente escolar;

**F)** Ter assegurados o ingresso e a posse de materiais de uso pessoal na escola, exceto nos casos em que representem perigo para si ou para os outros, ou que perturbem o ambiente escolar.

### **III – Tratamento justo e cordial:**

**A)** Todo estudante desta escola será tratado de forma justa e cordial por todos os integrantes da comunidade escolar, sendo assegurado a ele:

**1 –** Ser informado pela direção da escola sobre as condutas consideradas apropriadas e quais as que podem resultar em sanções disciplinares, para que tome ciência das possíveis

consequências de suas atitudes em seu rendimento escolar e no exercício dos direitos previstos neste Regimento Escolar;

**2** – Ser informado sobre procedimentos para recorrer de decisões administrativas da direção da escola sobre seus direitos e responsabilidades, em conformidade com o estabelecido neste documento e com a legislação pertinente;

**3** – Estar acompanhado por seus pais ou responsáveis em reuniões e audiências que tratem de seus interesses quanto a desempenho escolar ou em procedimentos administrativos que possam resultar em sua transferência compulsória da escola.

**Artigo 82** – Todo estudante desta unidade escolar tem os seguintes deveres e responsabilidades:

**I** – Frequentar a escola regular e pontualmente, realizando os esforços necessários para progredir nas diversas áreas de sua educação;

**II** – Estar preparado para as aulas e manter adequadamente livros e demais materiais escolares de uso pessoal ou comum coletivo;

**III** – Observar as disposições vigentes sobre entrada e saída das classes e demais dependências da escola;

**IV** – Ser respeitoso e cortês para com colegas, diretores, professores, funcionários e colaboradores da escola, independentemente de idade, sexo, raça, cor, credo, religião, origem social, nacionalidade, condição física ou emocional, deficiências, estado civil, orientação sexual ou crenças políticas;

**V** – Contribuir para a criação e manutenção de um ambiente de aprendizagem colaborativo e seguro, que garanta o direito de todos os alunos de estudar e aprender;

**VI** – Abster-se de condutas que neguem, ameacem ou de alguma forma interfiram negativamente no livre exercício dos direitos dos membros da comunidade escolar;

**VII** – Respeitar e cuidar dos prédios, equipamentos e símbolos escolares, ajudando a preservá-los e respeitando a propriedade alheia, pública ou privada;

**VIII** – Compartilhar com a direção da escola informações sobre questões que possam colocar em risco a saúde, a segurança e o bem-estar da comunidade escolar;

**IX** – Utilizar meios pacíficos na resolução de conflitos;

**X** – Reunir-se sempre de maneira pacífica e respeitando a decisão dos alunos que não desejem participar da reunião;

**XI** – Ajudar a manter o ambiente escolar livre de bebidas alcoólicas, drogas lícitas e ilícitas, substâncias tóxicas e armas;

**XII** – Manter pais ou responsáveis legais informados sobre os assuntos escolares, sobretudo sobre o progresso nos estudos, os eventos sociais e educativos previstos ou em andamento, e assegurar que recebam as comunicações a eles encaminhadas pela equipe escolar, devolvendo-as à direção em tempo hábil e com a devida ciência, sempre que for o caso.

**SEÇÃO VI – DAS CONDUTAS DOS ESTUDANTES QUE AFETAM O  
AMBIENTE ESCOLAR / FALTAS DISCIPLINARES**

**Artigo 83** – As condutas dos estudantes consideradas incompatíveis com a manutenção de um ambiente escolar sadio ou inapropriadas ao ensino-aprendizagem e que são passíveis de apuração e aplicação de medidas disciplinares são:

**I** - Ausentar-se das aulas ou dos prédios escolares, sem prévia justificativa ou autorização da direção ou dos professores da escola;

**II** - Ter acesso, circular ou permanecer em locais restritos do prédio escolar;

**III** - Utilizar, sem a devida autorização, computadores, aparelhos de fax, telefones ou outros equipamentos e dispositivos eletrônicos de propriedade da escola;

**IV** - Utilizar, em salas de aula ou demais locais de aprendizado escolar, equipamentos eletrônicos como telefones celulares, pagers, jogos portáteis, tocadores de música ou outros dispositivos de comunicação e entretenimento que perturbem o ambiente escolar ou prejudiquem o aprendizado;

**V** - Ocupar-se, durante a aula, de qualquer atividade que lhe seja alheia;

**VI** - Comportar-se de maneira a perturbar o processo educativo, como, por exemplo, fazendo barulho excessivo em classe, na biblioteca ou nos corredores da escola;

**VII** - Desrespeitar, desacatar ou afrontar a equipe gestora, professores, funcionários ou colaboradores da escola;

**VIII** - Fumar cigarros, charutos ou cachimbos, dentre outros similares, dentro da escola;

**IX** - Comparecer à escola sob efeito de substâncias nocivas à saúde e à convivência social;

- X** - Expor ou distribuir materiais dentro do estabelecimento escolar que violem as normas ou políticas oficialmente definidas pela Secretaria Estadual da Educação ou pela escola;
- XI** - Exibir ou distribuir textos, literatura ou materiais difamatórios, racistas ou preconceituosos, incluindo a exibição dos referidos materiais na internet;
- XII** - Violar as políticas adotadas pela Secretaria Estadual da Educação no tocante ao uso da internet na escola, acessando-a, por exemplo, para violação de segurança ou privacidade, ou para acesso a conteúdo não permitido ou inadequado para a idade e formação dos alunos;
- XIII** - Danificar ou adulterar registros e documentos escolares, através de qualquer método, inclusive o uso de computadores ou outros meios eletrônicos;
- XIV** - Incorrer nas seguintes fraudes ou práticas ilícitas nas atividades escolares:
- A)** Comprar, vender, furtar, transportar ou distribuir conteúdos totais ou parciais de provas a serem realizadas ou suas respostas corretas;
- B)** Substituir ou ser substituído por outro estudante na realização de provas ou avaliações;
- C)** Substituir seu nome ou demais dados pessoais quando realizar provas ou avaliações escolares;
- D)** Plagiar, ou seja, apropriar-se do trabalho de outro e utilizá-lo como se fosse seu, sem dar o devido crédito e fazer menção ao autor, como no caso de cópia de trabalhos de outros alunos ou de conteúdos divulgados pela internet ou por qualquer outra fonte de conhecimento.
- XV** - Danificar ou destruir equipamentos, materiais ou instalações escolares; escrever, rabiscar ou produzir marcas em qualquer parede, vidraça, porta ou quadra de esportes dos edifícios escolares;
- XVI** - Intimidar o ambiente escolar com bomba ou ameaça de bomba;
- XVII** - Ativar injustificadamente alarmes de incêndio ou qualquer outro dispositivo de segurança da escola;
- XVIII** - Empregar gestos ou expressões verbais que impliquem insultos ou ameaças a terceiros, incluindo hostilidade ou intimidação mediante o uso de apelidos racistas ou preconceituosos;
- XIX** - Emitir comentários ou insinuações de conotação sexual agressiva ou desrespeitosa, ou apresentar qualquer conduta de natureza sexualmente ofensiva;

**XX** - Estimular ou envolver-se em brigas, manifestar conduta agressiva ou promover brincadeiras que impliquem risco de ferimentos, mesmo que leves, em qualquer membro da comunidade escolar;

**XXI** - Produzir ou colaborar para o risco de lesões em integrantes da comunidade escolar, resultantes de condutas imprudentes ou da utilização inadequada de objetos cotidianos que podem causar danos físicos, como isqueiros, fivelas de cinto, guarda-chuvas, braceletes etc.;

**XXII** - Comportar-se, no transporte escolar, de modo a representar risco de danos ou lesões ao condutor, aos demais passageiros, ao veículo ou aos passantes, como correr pelos corredores, atirar objetos pelas janelas, balançar o veículo etc.;

**XXIII** - Provocar ou forçar contato físico inapropriado ou não desejado dentro do ambiente escolar;

**XXIV** - Ameaçar, intimidar ou agredir fisicamente qualquer membro da comunidade escolar;

**XXV** - Participar, estimular ou organizar incidente de violência grupal ou generalizada;

**XXVI** - Apropriar-se de objetos que pertencem a outra pessoa, sem a devida autorização ou sob ameaça;

**XXVII** - Incentivar ou participar de atos de vandalismo que provoquem dano intencional a equipamentos, materiais e instalações escolares ou a pertences da equipe escolar, estudantes ou terceiros;

**XXVIII** - Consumir, portar, distribuir ou vender substâncias controladas, bebidas alcoólicas ou outras drogas lícitas ou ilícitas no recinto escolar;

**XXIX** - Portar, facilitar o ingresso ou utilizar qualquer tipo de arma, ainda que não seja de fogo, no recinto escolar;

**XXX** - Apresentar qualquer conduta proibida pela legislação brasileira, sobretudo que viole a Constituição Federal, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e o Código Penal.

**Parágrafo único** – Além das condutas descritas acima, também são passíveis de apuração e aplicação de medidas disciplinares as condutas que professores ou a equipe gestora considerem incompatíveis com a manutenção de um ambiente escolar sadio ou inapropriadas ao ensino-aprendizagem, sempre considerando, na caracterização da falta, a idade do aluno e a reincidência do ato.

## SEÇÃO VII – DAS MEDIDAS DISCIPLINARES

**Artigo 84** – O não cumprimento dos deveres e a incidência em faltas disciplinares poderão acarretar ao estudante as seguintes medidas disciplinares:

**I** – Advertência verbal;

**II** – Retirada do estudante de sala de aula ou atividade em curso e encaminhamento ao Núcleo de Direção para orientação;

**III** – Comunicação escrita dirigida aos pais ou responsáveis;

**IV** – Propor roda de diálogos para fins de fortalecimento de vínculos interpessoais e/ou participação facultativa em círculo restaurativo;

**V** - Suspensão temporária de participação em visitas ou demais programas extracurriculares;

**VI** - Reparação do dano causado voluntariamente ao patrimônio público ou particular;

**VII** - Transferência como medida de cautela ou Transferência por questões disciplinares, nos termos da Indicação CEE 175/2019. Essas transferências poderão ser aplicadas quando atos de indisciplina implicarem riscos à integridade física, psíquica, e/ou moral de um aluno, ou de outrem, ou do coletivo;

**VIII** – Suspensão por até 6 dias letivos.

## SEÇÃO VIII – DOS PROCEDIMENTOS PARA APLICAÇÃO DAS MEDIDAS DISCIPLINARES

**Artigo 85** – As medidas disciplinares serão aplicadas ao estudante em função da gravidade da falta, idade do estudante, grau de maturidade e histórico disciplinar, comunicando-se aos pais ou responsáveis.

**§ 1º** – As medidas previstas nos itens I e II do artigo anterior serão aplicadas pelo professor ou diretor;

**§ 2º** – As medidas previstas nos itens III, IV e V do artigo anterior serão aplicadas pelo diretor;

**Artigo 86** – As faltas disciplinares descritas nos itens XXIII a XXX do artigo 84 serão, necessariamente, submetidas ao Conselho de Escola para apuração e aplicação de medida disciplinar, e nesse caso os gestores escolares informarão a Diretoria de Ensino Região de Sumaré sua ocorrência e a medida disciplinar aplicada.

**Artigo 87** – Em qualquer caso será garantido amplo direito de defesa, ao estudante e aos seus responsáveis, cabendo pedido de revisão da medida aplicada e, quando for o caso, recurso ao Conselho Escolar.

**Artigo 88** – A aplicação das medidas disciplinares previstas não isenta os alunos ou seus responsáveis do ressarcimento de danos materiais causados ao patrimônio escolar ou da adoção de outras medidas judiciais cabíveis.

## SEÇÃO IX – DOS RECURSOS DISCIPLINARES ADICIONAIS

**Artigo 89** – Para restaurar a harmonia e o adequado ambiente pedagógico, além das medidas disciplinares descritas no artigo específico desse regimento, professores, equipe gestora e o Conselho de Escola podem utilizar, cumulativamente, os seguintes instrumentos de gestão da convivência escolar:

**I** – Envolvimento de pais ou responsáveis no cotidiano escolar;

**II** – Orientações individuais ou em grupo para mediar situações de conflito;

**III** – Reuniões de orientação com pais ou responsáveis;

**IV** – Propor encaminhamentos a serviços de orientação em situações de abuso de drogas, álcool ou similares;

**V** – Encaminhamento a serviços de orientação para casos de intimidação baseada em preconceitos ou assédio;

**VI** – Encaminhamento aos serviços de saúde adequados quando o aluno apresentar distúrbios que estejam interferindo no processo de aprendizagem ou no ambiente escolar;

**VII** – Encaminhamento aos serviços de assistência social existentes, quando do conhecimento de situação do aluno que demande tal assistência especializada;

**VIII** – Encaminhamento ao Conselho Tutelar em caso de abandono intelectual, moral ou material por parte de pais ou responsáveis;

**IX** – Comunicação às autoridades competentes, dos órgãos de segurança pública, Poder Judiciário e Ministério Público, de crimes cometidos dentro das dependências escolares.

## **SEÇÃO X – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE OS DIREITOS E DEVERES DOS PARTICIPANTES DO PROCESSO EDUCATIVO**

**Artigo 90** – Esta escola não fará solicitações que impeçam a frequência dos estudantes às atividades escolares ou venham a sujeitá-los à discriminação ou constrangimento de qualquer ordem.

**Artigo 91** – Nos casos graves de descumprimento de normas por qualquer integrante da comunidade escolar (docentes, estudantes, funcionários, pais/responsáveis e gestores) deverá ser encaminhado às autoridades competentes.

**Artigo 92** – Nenhuma penalidade poderá ferir as normas que regulamentam o servidor público, no caso de funcionário, ou o Estatuto da Criança e do Adolescente, no caso de estudante, salvaguardados:

**I** – O direito à ampla defesa e recurso a órgãos superiores, quando for o caso;

**II** – Assistência dos pais ou responsável, no caso de estudante com idade inferior a 18 anos;

**III** – O direito do aluno à continuidade de estudos, no mesmo ou em outro estabelecimento de ensino público ou privado.

## **CAPÍTULO VI – DO ACESSO, UTILIZAÇÃO, MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DO PRÉDIO ESCOLAR**

**Artigo 93** – Todos os integrantes da comunidade escolar (estudantes, pais, funcionários, professores e gestores) têm responsabilidade individual e coletiva na manutenção e conservação de equipamentos, materiais, salas de aula e demais ambientes escolares, vedados quaisquer tipos de depredação.

**Parágrafo único** – As reformas, obras de conservação do prédio escolar, aquisição de materiais de uso coletivo são de responsabilidade do Diretor de Escola.

**Artigo 94** – O acesso e utilização dos ambientes escolares (laboratórios, bibliotecas, quadras esportivas, entre outros) é restrito aos estudantes, professores, funcionários e gestores.

**Parágrafo único** – Os pais e visitantes poderão acessar e utilizar as dependências escolares desde que autorizados ou convidados pela equipe gestora.

**Artigo 95** – Esta escola poderá ceder/emprestar o prédio escolar para integrantes da comunidade escolar e local, desde que sejam atendidas as normas estabelecidas na Resolução SE nº 229/1995.

## CAPÍTULO VII – DO PLANO DE GESTÃO ESCOLAR

**Artigo 96** – O Plano de Gestão desta escola é o documento que traça o perfil da escola, conferindo-lhe identidade própria, na medida em que contempla as intenções comuns de todos os envolvidos no processo educacional, norteia o gerenciamento das ações intraescolares e operacionaliza a Proposta Pedagógica.

**§ 1º** – O Plano de Gestão terá duração quadrienal e contemplará, no mínimo:

**I** – Identificação e caracterização desta unidade escolar, de sua clientela, de seus recursos físicos, materiais e humanos, bem como dos recursos disponíveis na comunidade local;

**II** – Objetivos da escola;

**III** – Objetivos de ensino;

**IV** – Definição das metas a serem atingidas e das ações a serem desencadeadas;

**V** – Planos dos cursos mantidos pela escola;

**VI** – Planos de trabalho dos diferentes núcleos que compõem a organização técnico-administrativa da escola;

**VII** – Critérios para acompanhamento, controle e avaliação da execução do trabalho realizado pelos diferentes atores do processo educacional.

**§ 2º** – Anualmente, serão incorporados ao Plano de Gestão anexos com:

- I** – Agrupamento de alunos e sua distribuição por turno, curso, série e turma (extraídos da SED);
- II** – Quadro de Horário das Aulas (manhã – tarde – noite)
- III** – Calendário Escolar e demais eventos da escola (ano vigente) – homologado;
- IV** – Horário de trabalho Administrativo – homologado – gestores e funcionários
- V** – Escala de Férias – homologada – gestores e funcionários (ano vigente)
- VI** – Escala de Substituição do Diretor de Escola – homologada;
- VII** – Organização das aulas de trabalho pedagógico coletivo (ATPC), explicitando o temário e o cronograma;
- VIII** – Plano de Melhoria do Método de Melhoria de Resultados (MMR) homologado;
- IX** – Plano de Intervenção – Mediação Escolar (ano vigente);
- X** – Plano de aplicação dos recursos financeiros (ano vigente);
- XI** – Quadro curricular por curso e série - Matrizes Curriculares homologadas (ano vigente);
- XII** – Quadro de Horário das Reuniões da Equipe Gestora;
- XIII** – Ata da APM registrada em Cartório;
- XIV** – Balancetes da APM (Três mais recentes);
- XV** – Comprovante de recarga de extintores;
- XVI** – Comprovante de desratização, desinsetização, limpeza de caixa d'água e troca de filtros de bebedouros;
- XVII** – Projetos Diversos da escola;
- XVIII** – Projetos Especiais;
- XIX** – Relatório / Síntese dos resultados da autoavaliação institucional;
- XX** - Composição do Conselho de Escola;
- XXI** - Composição do Grêmio Estudantil.

**Artigo 97** – O Plano de cada curso ministrado nessa escola tem por finalidade garantir a organicidade e continuidade do curso, e conterá:

- I** – Objetivos;
- II** – Integração e sequência dos componentes curriculares;
- III** – Síntese dos conteúdos programáticos, como subsídio à elaboração dos Planos de Ensino;
- IV** – Carga horária mínima do curso e dos componentes curriculares;

V – Plano de estágio profissional, quando for o caso.

**Parágrafo Único** – O Plano de Ensino, elaborado em consonância com o Plano de Curso constitui documento da escola e do professor, devendo ser mantido à disposição da direção e supervisão de ensino.

**Artigo 98** – O Plano de Gestão será aprovado pelo Conselho de Escola e homologado pela Diretoria de Ensino Região xxx, após análise da Supervisão de Ensino.

## TÍTULO IV – DA AVALIAÇÃO

### CAPÍTULO I – DOS PRINCÍPIOS

**Artigo 99** – No ambiente educacional desta escola, a avaliação compreende três dimensões básicas:

I – Avaliação institucional interna;

II – Avaliação institucional externa;

III – Avaliação da aprendizagem;

**§ 1º** – Avaliação Institucional Interna: também denominada autoavaliação institucional, visa a revisão do conjunto de objetivos e metas desta escola, mediante ação dos diversos segmentos da comunidade educativa e, realizar-se-á anualmente, considerando as orientações contidas na legislação educacional vigente.

**§ 2º** – Avaliação Institucional Externa: é periódica e promovida por órgãos superiores externos à escola (Sistemas Educacionais – Estadual e Federal). Inclui, entre outros instrumentos, pesquisas, provas, tais como as do Saesp, Provão Paulista Seriado, Prova Ouro, SAEB, Prova Brasil, ENEM e outras.

**§ 3º** – Avaliação da aprendizagem: promovida pela Equipe pedagógica desta escola é o procedimento utilizado para analisar e avaliar a evolução dos estudantes ao longo do processo de ensino-aprendizagem.

**§ 4º** – Nesta escola, os estudantes e os docentes são os principais sujeitos do processo educativo, portanto são considerados os protagonistas das três (3) dimensões básicas de avaliação.

**Artigo 100** - A avaliação institucional interna e externa desta escola, no que concerne a sua estrutura, organização, funcionamento e impacto sobre a situação do ensino e da aprendizagem, constitui um dos elementos para reflexão e transformação da prática escolar e terá como princípio o aprimoramento da qualidade do ensino.

**Artigo 101** - A avaliação institucional interna, processo a ser organizado pela escola e a avaliação institucional externa, pelos órgãos locais e centrais da administração, serão subsidiadas por procedimentos de observações e registros contínuos e terão por objetivo permitir o acompanhamento:

**I** - Sistemático e contínuo do processo de ensino e de aprendizagem, de acordo com os objetivos e metas propostos;

**II** - Do desempenho da direção, dos professores, dos alunos e dos demais funcionários nos diferentes momentos do processo educacional;

**III** - Da participação efetiva da comunidade escolar nas mais diversas atividades propostas pela escola;

**IV** - Da execução do planejamento curricular.

**Artigo 102** – A autoavaliação institucional (avaliação institucional interna) visa um crescente processo de revitalização desta escola. São princípios que a orientam:

**I** – Processualidade: a avaliação será um processo contínuo pela qual a escola se conhecerá, indo à raiz dos fenômenos, para alcançar uma compreensão contextualizada. Busca conhecer a realidade e historicidade da escola de forma imparcial visando intervir ou adequar situações desfavoráveis.

**II** – Participação: avaliação efetivada por meio da participação e do envolvimento de todos os segmentos que compõe a comunidade escolar.

**III** – Globalidade: envolve avaliar todas as atividades da escola e os sujeitos que participam dela. Este caráter eminentemente inclusivo dará credibilidade e sustentabilidade ao processo à medida que o comprometimento seja coletivo, voluntário, crítico, impessoal e ético.

**Artigo 103** – A avaliação do processo de ensino e de aprendizagem comprometida com a aprendizagem ativa dos estudantes conjugará três princípios básicos:

**I** - Os conhecimentos prévios e as experiências dos estudantes;

**II** - O conteúdo a ser ensinado e sua natureza;

**III** - A variação de estratégias e o levantamento de múltiplas hipóteses didáticas.

**Artigo 104** - A avaliação do ensino e da aprendizagem no Itinerário de Formação Técnica Profissional observará as normas do sistema de ensino estadual e as diretrizes dos Planos de Curso e das matrizes curriculares vigentes, que integram a proposta pedagógica da escola.

## CAPÍTULO II – DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

**Artigo 105** - A avaliação institucional será realizada, por meio de procedimentos internos e externos, objetivando a análise, orientação e correção, quando for o caso, dos procedimentos pedagógicos, administrativos e financeiros da escola.

**Parágrafo único** - A avaliação institucional interna desta unidade escolar consiste na aplicação de procedimentos de autoavaliação institucional e envolverá toda a comunidade escolar.

**Artigo 106** - Os objetivos e procedimentos da autoavaliação institucional serão definidos pelo Conselho de Escola e serão amplamente divulgados entre os integrantes da comunidade escolar.

**Artigo 107** - A avaliação externa será realizada pelos diferentes níveis da Administração, de forma contínua e sistemática e em momentos específicos.

**Artigo 108** - A síntese dos resultados das diferentes avaliações institucionais será consubstanciada em relatórios, a serem apreciados pelo Conselho de Escola e anexados ao Plano de Gestão Escolar, norteando os momentos de planejamento e replanejamento da escola.

## CAPÍTULO IV – DO RENDIMENTO ESCOLAR

### A PROMOÇÃO

**Artigo 109** – O rendimento escolar do estudante será apontado, bimestralmente, pelos professores no Boletim Escolar Digital na plataforma Secretaria Escolar Digital (SED).

**Artigo 110** – O cálculo da nota a ser atribuída ao estudante, ao longo e ao final do ano letivo, deve considerar, principalmente a análise dos seguintes aspectos:

**I** – Aquisição de conhecimentos e de habilidades;

**II** – Desenvolvimento de atitudes;

**III** – Incorporação de valores e da cultura;

**IV** – Desenvolvimento da capacidade de mobilizar, articular e aplicar estes recursos;

**V** – Desenvolvimento da capacidade de lidar com emoções visando levar o estudante ao encontro da solução de problemas da vida.

**Artigo 111** – Será considerado apto para prosseguimento dos estudos na série/ano subsequente (APROVADO), o estudante que:

**I** – Apresente frequência mínima de 75% do total das horas letivas;

**II** – Apresente rendimento satisfatório em todos os componentes curriculares com síntese final igual ou superior a 5,0 (cinco).

**Parágrafo único** – A nota final (resultado anual) a ser atribuída ao estudante, em cada componente curricular, será calculada da seguinte forma:

**I** – Média dos bimestres;

**II** – Progressão do desempenho e engajamento dos estudantes nos bimestres;

**III** – Nota obtida na recuperação, quando houver.

**Artigo 112** - A avaliação do ensino e da aprendizagem no Itinerário de Formação Técnica Profissional observará as normas do sistema de ensino estadual e as diretrizes dos Planos de Curso e das matrizes curriculares vigentes, que integram a proposta pedagógica da escola.

**Artigo 113** – O estudante será considerado aprovado se estiver enquadrado nas situações anteriores, em todos os componentes curriculares

**Parágrafo único** – Os casos nos quais o estudante não estiver enquadrado nas situações indicadas anteriormente, serão objetos de análise do Conselho de Classe, Série/Ano que deliberará sobre a aprovação ou retenção do estudante.

**Artigo 114** – A decisão final sobre a promoção ou retenção do estudante será proferida pelo Conselho de Classe e Série/Ano.

**Parágrafo único** – A decisão do Conselho de Classe e Série/Ano deverá ser registrada em Ata.

**Artigo 115** – Esta escola pública estadual respeitará as normas e diretrizes legais vigentes que estabelecem o regime de progressão continuada no Ensino Fundamental.

**Artigo 116** – Para ser promovido, será exigida do estudante a frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) do total das horas letivas (aulas previstas e dadas).

## **CAPÍTULO I**

### **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Artigo 117** – A avaliação da Formação Geral Básica e dos Itinerários Formativos do currículo do ensino médio na rede estadual de ensino observará o disposto na presente resolução.

**Artigo 118** – Para os fins previstos nesta resolução a avaliação do ensino médio tem por referência:

I – nos fundamentos pedagógicos do Currículo Paulista, com vistas ao desenvolvimento integral do estudante e à ampliação de sua autonomia, para que possa fazer escolhas coerentes no seu projeto de vida;

II – no desenvolvimento das competências cognitivas e socioemocionais, com flexibilização de metodologias que atendam os anseios e as expectativas dos estudantes com qualidade e equidade para que todos aprendam;

III – na perspectiva da avaliação formativa, pois o processo avaliativo tem caráter contínuo, processual e deve refletir o desenvolvimento global do estudante, com preponderância dos aspectos qualitativos aos quantitativos;

IV – na necessária coerência entre a prática pedagógica e os processos avaliativos, com a função de identificar e diagnosticar o nível de apropriação do conhecimento do estudante, com vistas ao avanço da aprendizagem;

V – os resultados das avaliações internas organizadas pela escola e apoiadas por procedimentos de observações e registros contínuos, permitindo o acompanhamento sistemático e contínuo do processo de ensino e de aprendizagem, no âmbito da sala de aula;

VI – nas avaliações externas, por sua especificidade técnica para aplicação em larga escala e devido ao seu caráter somativo, oferecem indicadores do sistema educacional para subsidiar políticas públicas em educação, de acordo com os objetivos e metas propostos, com reflexos também nas unidades escolares;

VII – no resultado da avaliação da aprendizagem em que proporciona evidências e diagnósticos que permitam a reflexão sobre a prática pedagógica, contribuindo para que a equipe escolar possa reorganizá-la por meio de metodologias e instrumentos diversificados, subsidiando as decisões de planejamento, replanejamento e correções de rumos para recuperação, reforço e aprofundamento.

Parágrafo Único – A avaliação no Ensino Médio compõe a proposta pedagógica e o regimento escolar.

**Artigo 119** – São objetivos da avaliação do processo de ensino e de aprendizagem na Formação Geral Básica e nos Itinerários Formativos:

I – permitir o acompanhamento, ao longo dos períodos letivos, do processo de aprendizagem dos estudantes;

II – diagnosticar em que medida o estudante desenvolveu as competências e as habilidades previstas na Proposta Pedagógica das instituições escolares;

III – identificar potencialidades e eventuais dificuldades de aprendizagem do estudante, a fim de orientá-lo para progredir com sucesso em sua escolaridade;

IV – acompanhar os resultados das práticas de ensino com vistas à melhoria do trabalho docente;

V – subsidiar as decisões do Conselho de Classe/Série para promoção, retenção e indicação aos processos de recuperação, reforço e aprofundamento.

## CAPÍTULO II

### DO RENDIMENTO ESCOLAR E DA FREQUÊNCIA

**Artigo 120** – O aproveitamento escolar do estudante abará a avaliação do rendimento e a verificação da frequência, em conformidade com as legislações vigentes que regem à matéria.

**Artigo 121** – Para fins de promoção ou retenção, a frequência terá apuração independente do rendimento, sendo exigida a frequência mínima de 75% do total de horas letivas, durante o semestre, para os Aprofundamentos Curriculares, e do ano letivo para os componentes da Formação Geral Básica e demais com carga horária anual, conforme §3º do Artigo 6º.

**Artigo 122** – A avaliação do desempenho escolar do estudante para Formação Geral Básica e os Itinerários Formativos será medido periodicamente, conforme escalas determinadas nesta resolução.

§1º – A Formação Geral Básica e os Itinerários Formativos terão carga horária anual, com registros de notas bimestrais e ao final do ano letivo em escala numérica de notas em números inteiros de 0 (zero) a 10 (dez) por componente curricular.

§ 2º - Os componentes Esporte, Música e Arte serão avaliados bimestralmente em escala de Engajamento Total (ET), Engajamento Satisfatório (ES) e Engajamento Parcial (EP)

## CAPÍTULO III

### DA PROMOÇÃO, PROMOÇÃO PARCIAL E RETENÇÃO

**Artigo 123** – O Conselho de Classe/Série deverá decidir, com base no desempenho global do estudante, com preponderância aos aspectos qualitativos, a promoção ou retenção do estudante que se enquadre nos critérios descritos no Regimento Escolar, em conformidade com a legislação vigente.

§1º – Na Formação Geral Básica, o estudante com rendimento insatisfatório com nota inferior a 5 (cinco), em até 3 (três) componentes curriculares, será promovido parcialmente e classificado na série subsequente, devendo cursar, concomitantemente, estes componentes curriculares, em regime de recuperação, para prosseguimento de seus estudos.

§2º – Na Formação Geral Básica, o estudante com rendimento insatisfatório com nota inferior a 5 (cinco), em mais de 3 (três) componentes curriculares, será retido parcialmente

e classificado na mesma série no ano letivo subsequente, ficando dispensado de cursar os componentes curriculares concluídos com êxito no período letivo anterior.

§3º – Nos Itinerários Formativos, tanto no Aprofundamento Curricular quanto nos componentes do Inova Educação e da Expansão da Carga Horária não há retenção por rendimento, apenas por inassiduidade, na seguinte conformidade:

I – os estudantes com aproveitamento insuficiente registrado como menção final na unidade curricular do Aprofundamento Curricular, devem cursar essa unidade curricular em regime de recuperação, sem prejuízo de seu prosseguimento de estudos;

II – Quanto ao critério de assiduidade será considerado retido na série o estudante com frequência inferior a 75% do total das horas letivas, durante o semestre ou ano letivo.

§4º – O Conselho de Classe/Série deverá analisar a frequência e o aproveitamento do estudante nas atividades de compensação de ausências e, na sequência, deliberar sobre o cômputo geral da frequência do estudante.

Artigo 124 – A progressão parcial é um mecanismo de recuperação, concomitante ao desenvolvimento do currículo previsto para o nível/etapa cursada.

§1º - Na Formação Geral Básica os componentes curriculares com nota final abaixo de 5 (cinco) em até 3 (três) componentes, serão cursados concomitantemente à série seguinte da matrícula, constituindo-se a garantia da flexibilização escolar, com vistas à recuperação da aprendizagem, à oportunidade de permanência e à continuidade de estudos.

§2º – Nos Aprofundamentos Curriculares dos Itinerários Formativos, o estudante que obtiver menção Aproveitamento Insuficiente na Unidade Curricular, poderá prosseguir seus estudos no semestre subsequente, devendo realizar a recuperação da aprendizagem, constituindo-se a garantia da flexibilização escolar.

§3º – O estudante em regime de progressão parcial na Formação Geral Básica e/ou nos Aprofundamentos Curriculares dos Itinerários Formativos, será encaminhado para participação no projeto de recuperação, com duração semestral, a ser realizado de maneira concomitante às atividades regulares, com vistas a sanar necessidades de aprendizagem durante o seu percurso formativo e oferecer oportunidades para que avance de maneira satisfatória, sem prejuízos quanto à permanência e continuidade dos estudos.

§4º - O estudante que não concluir a 3ª série do Ensino Médio por frequência insatisfatória e/ou por obter nota abaixo de 5 (cinco) em até 3 (três) componentes curriculares na Formação Geral Básica e/ou Aproveitamento Insuficiente no Aprofundamento Curricular

será enturmado no ano letivo subsequente, em regime de recuperação, conforme prevê o §2º, do artigo 7º.

## **CAPÍTULO IV**

### **DOS RESULTADOS FINAIS**

**Artigo 125** – Os resultados das diferentes avaliações de desempenho dos estudantes, realizadas durante todo o período letivo, serão sintetizados pelos professores e sistematicamente registrados em documento próprio, disponibilizado em data específica na Secretaria Escolar Digital – SED, previamente comunicados e devidamente conhecidos pelos estudantes e seus pais ou responsáveis, da Formação Geral Básica e do Aprofundamento Curricular dos Itinerários Formativos.

**Artigo 126** – O resultado final da avaliação realizada pela escola, em consonância com a Proposta Pedagógica e o Regimento Escolar, deve refletir o desempenho global do estudante, no conjunto dos componentes curriculares e das áreas de conhecimento cursados, com predominância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados obtidos durante o período letivo.

**Artigo 127** – Os professores responsáveis pela recuperação dos estudantes em regime de progressão parcial, na Formação Geral Básica e no Aprofundamento Curricular, registrarão na plataforma Secretaria Escolar Digital - SED o cumprimento da frequência e dos processos avaliativos do desenvolvimento das habilidades da área/componente curricular durante o período semestral da recuperação, submetida à apreciação do Conselho de Classe/Série para a promoção ou retenção do estudante.

**Parágrafo único** - A unidade escolar deverá proceder ao contato individual com os responsáveis legais dos estudantes menores de idade, e diretamente com o estudante com idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos, que estiverem em regime de progressão parcial, notificando-os quanto à necessidade de cumprimento da recuperação, preferencialmente no semestre subsequente.

## **CAPÍTULO V**

### **DA RECUPERAÇÃO**

**Artigo 128** –O atendimento da recuperação da aprendizagem dos estudantes em regime de progressão parcial, na Formação Geral Básica e nos Aprofundamentos Curriculares, será tratado da seguinte forma:

§1º - Na Formação Geral Básica, o estudante será matriculado na série subsequente e deve ser enturmado na série antecedente para realizar a recuperação dos componentes curriculares nos quais não alcançou a nota necessária para aprovação, com acompanhamento pelo professor da turma, mediante o desenvolvimento de atividades de acordo com os pressupostos metodológicos previstos no currículo do Ensino Médio, cujos registros devem ser realizados no Diário de Classe, na plataforma Secretaria Escolar Digital - SED.

§2º - Nos Aprofundamentos Curriculares, a recuperação deverá ser acompanhada por uma comissão a ser constituída de professores da escola, que possuam aulas atribuídas nos Itinerários Formativos, a quem compete indicar as atividades de acordo com os pressupostos metodológicos previstos no currículo do Ensino Médio a serem realizadas pelo estudante.

§3º - Os estudantes em progressão parcial na Formação Geral Básica e nos Aprofundamentos Curriculares deverão acompanhar as aulas de recuperação mediante um dos modelos, a ser definido pela escola, e atender ao previsto nos § 1º e 2º do caput:

I - pelo Centro de Mídias da Educação de São Paulo (CMSP);

II - em 2 (duas) aulas semanais no contraturno, durante um semestre, com o cumprimento presencial do professor, podendo atuar tanto nas turmas da Formação Geral Básica quanto nas turmas dos Aprofundamentos Curriculares dos Itinerários Formativos.

Artigo 129 – O período destinado à recuperação da Formação Geral Básica e dos Aprofundamentos Curriculares para o atendimento dos estudantes em regime de progressão parcial poderá ser de um semestre, considerando o §3º do artigo 8º da Resolução SEDUC nº 143, de 20-12-2021, e o desenvolvimento individual do estudante.

§1º - O estudante que estiver em regime de progressão parcial terá frequência registrada e será avaliado mediante o desenvolvimento de atividades/projetos, trabalho de conclusão e outros mecanismos de avaliação de acordo com os pressupostos metodológicos previstos no currículo do Ensino Médio, a ser definido pelos professores responsáveis.

§2º - Os resultados da frequência e das avaliações de desempenho dos estudantes, no processo de recuperação, serão sintetizados pelos professores e sistematicamente registrados em documento próprio, arquivado no prontuário do aluno e disponibilizado na plataforma Secretaria Escolar Digital - SED.

§3º - A promoção ou retenção do estudante deverá ser submetida à apreciação do Conselho de Classe/Série a qualquer tempo.

§4º - Na excepcionalidade, e havendo necessidade de atendimento a estudantes em regime de promoção parcial matriculados em escolas de tempo integral, as unidades escolares poderão oferecer o projeto de recuperação integrado à parte diversificada do currículo.

**Artigo 130** - A recuperação da aprendizagem é parte integrante do processo educativo e construção do conhecimento e deve ser entendida como orientação permanente de estudo e criação de novas situações de aprendizagem do estudante.

**Parágrafo único** - O estudante terá direito a estudos de recuperação nos componentes curriculares em que o aproveitamento for considerado insatisfatório.

**Artigo 131** – A recuperação da aprendizagem do estudante será realizada por meio de um processo:

I – Contínuo;

II – Intensivo - semestral

§ 1º – A recuperação contínua da aprendizagem será realizada mediante a atuação permanente do professor em sala de aula, imediatamente após a aplicação do conteúdo programado, com vistas ao alinhamento do aproveitamento escolar do estudante proporcionando ao mesmo a oportunidade de rever os conteúdos aplicados e superar possíveis dificuldades detectadas durante o processo de ensino.

§ 2º – A recuperação intensiva, semestral, será realizada de acordo com cronograma da Seduc, visando corrigir as deficiências e dificuldades do processo de ensino e aprendizagem detectadas ao longo do período letivo.

§ 3º - Nos termos da Resolução Seduc nº 42/2024, ao final do período de Recuperação e Aprofundamento das Aprendizagens, será aplicada aos estudantes uma Avaliação de Recuperação Semestral, elaborada de acordo com as habilidades e os conteúdos trabalhados nos bimestres anteriores, conforme cada ano/série e seus respectivos componentes curriculares.

§ 4º - O Conselho de Ano e Série decidirá sobre a alteração da média das notas dos bimestres anteriores com base no desempenho do estudante na Avaliação de Recuperação Semestral.

**§ 5º** – Tanto o processo de recuperação contínua da aprendizagem, como o processo de recuperação intensiva semestral possibilitará que a prática docente seja revisada e o desenvolvimento de novas estratégias e metodologias ativas de ensino sejam propostas pelo professor, permitindo que o estudante desenvolva habilidades e competências e, conseqüentemente, preparando-o para novas experiências e aprendizagens.

**Artigo 132** – O processo de recuperação contínua e intensiva deve contemplar o conteúdo que foi aplicado e trabalhado com o estudante.

**Artigo 133** – A verificação da melhoria de desempenho do estudante será feita por meio da análise de seu empenho, de sua dedicação e participação nas atividades ofertadas, bem como nos resultados obtidos nos processos de avaliação.

**Artigo 134** – Os estudantes serão convocados para participar do processo de recuperação pelos professores.

**Parágrafo único** – os gestores escolares comunicarão formalmente os pais e responsáveis legais sobre a convocação de seus filhos para participar do processo de recuperação.

**Artigo 135** – Ao estudante submetido ao processo de recuperação paralela será concedido o alinhamento de sua nota bimestral, após comprovada sua melhoria de desempenho.

**Parágrafo único** – A nota a ser atribuída ao estudante, após ser submetido ao processo de recuperação, será sempre a maior.

<p style="text-align: center;"><b>CAPÍTULO V – DO RENDIMENTO ESCOLAR</b></p> <p style="text-align: center;"><b>A RETENÇÃO</b></p>
---

**Artigo 136** – Respeitadas as normas legais vigentes relacionadas à progressão continuada no Ensino Fundamental, será considerado retido o estudante que:

**I** - Não alcançar a nota igual ou superior a cinco (5,0) nos respectivos componentes curriculares nos quais apresentou baixo rendimento escolar (média bimestral abaixo de cinco (5,0)).

**II** – Registrar e consolidar uma frequência escolar inferior a 75% da carga horária total - aulas previstas e dadas.

**Parágrafo único** – No cálculo da frequência do estudante às aulas a equipe escolar deverá considerar válida toda compensação de ausências efetivamente realizada.

**Artigo 137** – Os três anos iniciais do Ensino Fundamental serão considerados como um ciclo de aprendizagem sequencial, não passível de interrupção por falta de aproveitamento.

## CAPÍTULO VI – DA FREQUÊNCIA E COMPENSAÇÃO DE AUSÊNCIAS

**Artigo 138** – Esta escola fará o controle sistemático de frequência dos estudantes às atividades escolares e, bimestralmente, adotará as medidas necessárias para que os estudantes possam compensar ausências que ultrapassem o limite de 20% do total das aulas dadas ao longo do bimestre letivo.

**Artigo 139** – Os estudantes serão convocados para participar do processo de compensação de ausências pelos gestores escolares que comunicarão formalmente os pais e responsáveis legais sobre a convocação de seus filhos.

**Artigo 140** – As atividades de compensação de ausências serão programadas, orientadas e registradas pelo professor de cada componente curricular, com a finalidade de sanar as dificuldades de aprendizagem provocadas por frequência irregular às aulas.

**Artigo 141** – A compensação de ausências não exime a escola de adotar as medidas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente e não exime a família e o estudante de justificar suas faltas.

**Parágrafo único** – Em obediência à legislação vigente e, após esgotadas as medidas adotadas pela Equipe escolar visando sanar as questões relacionadas às ausências do estudante às aulas, a Equipe gestora encaminhará ao Conselho Tutelar da sua região, um relatório circunstanciado apontando o estudante com ausências excessivas às aulas.

**Artigo 142** – O controle da frequência do estudante será realizado sobre o total de horas letivas efetivadas (aulas previstas e dadas).

**Parágrafo único** - O estudante que, no período letivo anterior, não atingiu a frequência mínima exigida poderá ser reclassificado.

**Artigo 143** - Os critérios e procedimentos para o controle da frequência e para a compensação de ausências serão disciplinados pelo Conselho de Escola e serão amplamente divulgados.

**Artigo 144** - As atividades acadêmicas para a compensação de ausências serão desenvolvidas:

I – Na própria escola, no contraturno escolar; ou

II – Com flexibilidade de horário e local, na forma de orientação de estudos;

**Parágrafo único** – Ao final de cada bimestre, o Conselho de Classe/Série/Ano deverá analisar a frequência e o aproveitamento do estudante nas atividades de compensação de ausências e, na sequência, deverá deliberar sobre o cômputo geral da frequência bimestral do estudante.

## **CAPÍTULO VII – DA RECONSIDERAÇÃO E DOS RECURSOS CONTRA OS RESULTADOS DAS AVALIAÇÕES**

**Artigo 145** - No ato da matrícula nesta escola, a equipe escolar comunicará os estudantes e seus responsáveis legais:

I – O calendário escolar, com informações sobre o direito de pedido de reconsideração ou recurso, nos termos do Regimento, incluindo prazos e procedimentos;

II – O fato de que tais pedidos serão apenas considerados, caso o estudante interessado mantenha-se matriculado nesta escola.

### **SEÇÃO I – DA RECONSIDERAÇÃO E DOS RECURSOS CONTRA O RESULTADO DA AVALIAÇÃO DURANTE O ANO LETIVO**

**Artigo 146** – Após o encerramento de cada bimestre, o estudante ou seu representante legal, que discordar do resultado das avaliações, poderá apresentar pedido de reconsideração junto à direção da escola.

**Artigo 147** – As normas, procedimentos e prazos para o pedido de reconsideração bimestral estão definidos na Deliberação CEE nº 155/2017, devendo ser integralmente cumpridos pelo estudante ou seu representante legal, bem como pela equipe escolar.

**SEÇÃO II – DA RECONSIDERAÇÃO E DOS RECURSOS CONTRA O  
RESULTADO FINAL DA AVALIAÇÃO**

**Artigo 148** – Após o encerramento do ano letivo, com a divulgação pela escola dos resultados finais, o estudante ou seu representante legal, que discordar do resultado final das avaliações e, conseqüentemente do aproveitamento escolar do estudante no ano letivo vigente, poderá apresentar pedido de reconsideração junto à direção da escola.

**Artigo 149** – As normas, procedimentos e prazos para o pedido de reconsideração bimestral estão definidos na Deliberação CEE nº 155/2017, devendo ser integralmente cumpridos pelo estudante ou seu representante legal, bem como pela equipe escolar.

**CAPÍTULO VI**

**DA MOBILIDADE DO ESTUDANTE**

**Artigo 150** – É facultado ao estudante solicitar a mudança de Aprofundamento Curricular, na mesma unidade escolar ou na modalidade de transferência por intenção ou alteração de endereço, ao final de cada semestre letivo, desde que observada a disponibilidade de vagas ofertadas na própria escola.

§1º – Nos casos de mudança entre Aprofundamento Curricular, ocorrendo na própria ou para outra unidade escolar, as Unidades Curriculares serão aproveitadas integralmente.

§2º – No caso de mudança de Aprofundamento Curricular, ocorrendo na própria ou para outra unidade escolar, o estudante terá direito ao aproveitamento integral da carga horário cursada.

**Artigo 151** – O estudante que mudar de unidade escolar por alteração de endereço no meio do semestre letivo deverá escolher o Aprofundamento Curricular, mediante as opções e as vagas disponíveis na unidade escolar de destino.

§1º- Nos casos em que o estudante tiver matrícula no mesmo Aprofundamento Curricular, o rendimento da Unidade Curricular será aproveitada integralmente até o momento da transferência.

§2º – Nos casos em que o estudante tiver matrícula em outro Aprofundamento Curricular, a equipe pedagógica da unidade escolar deverá analisar a(s) unidade(s) curricular(es) cursada(s) parcialmente e a(s) do novo aprofundamento, para realizar a equivalência entre elas, aproveitando as avaliações já realizadas.

§3º – No caso de mudança ou não de Aprofundamento Curricular, no momento de mudança de unidade escolar, o estudante terá direito ao aproveitamento integral da carga horário cursada.

**Artigo 152** – Na Formação Geral Básica, será garantida a complementação da carga horária cursada pela turma e avaliações já realizadas.

**Artigo 153** – Estudantes oriundos de escolas públicas de outros sistemas de ensino ou de escolas privadas, que apresentarem defasagem de carga horária constante na Matriz Curricular, serão matriculados com direito à complementação da carga horária, por meio de atividades complementares de estudo.

## TÍTULO V – DA ORGANIZAÇÃO TÉCNICO-ADMINISTRATIVA

### CAPÍTULO I – DA CARACTERIZAÇÃO

**Artigo 154** – A organização técnico-administrativa desta escola visa o seu bom funcionamento e, toda comunidade escolar participa nas tomadas de decisão, no acompanhamento e avaliação do processo educacional.

**Artigo 155** – A organização técnico-administrativa da escola abrange:

**I** – Núcleo de Direção;

**II** – Núcleo Técnico-Pedagógico;

**III** – Núcleo Administrativo;

**IV** – Núcleo Operacional;

**V** – Corpo Docente;

**VI** – Corpo Discente.

**Parágrafo único** – Os cargos e funções previstos para as escolas, bem como as atribuições e competências, estão regulamentados em legislação educacional específica.

## CAPÍTULO II – DO NÚCLEO DE DIREÇÃO

**Artigo 156** – O Núcleo de Direção da escola é o centro executivo do planejamento, organização, coordenação, avaliação e integração de todas as atividades desenvolvidas no âmbito da unidade escolar.

**Parágrafo único** – Integram o Núcleo de Direção o Diretor de Escola/Escolar e o Vice-Diretor.

**Artigo 157** – A direção da escola exercerá suas funções objetivando garantir:

**I** – A elaboração e execução da Proposta Pedagógica;

**II** – A administração do pessoal e dos recursos materiais e financeiros;

**III** – O cumprimento dos dias letivos e horas de aula estabelecidos em lei;

**IV** – A legalidade, a regularidade e a autenticidade da vida escolar dos alunos;

**V** – Os meios para o reforço e a recuperação da aprendizagem dos estudantes;

**VI** – A articulação e integração da escola com as famílias e a comunidade;

**VII** – As informações aos pais ou responsável legal sobre a frequência e o rendimento dos estudantes, bem como sobre a execução da Proposta Pedagógica;

**VIII** – A comunicação ao Conselho Tutelar dos casos de maus-tratos envolvendo alunos, assim como de casos de evasão escolar e de reiteradas faltas, antes que estas atinjam o limite de 25% das aulas previstas e dadas.

**IX** – Cabe ainda à direção subsidiar os profissionais da escola, em especial os representantes dos diferentes colegiados, no tocante às normas vigentes e representar aos órgãos superiores da administração, sempre que houver decisão em desacordo com a legislação.

### CAPÍTULO III – DO NÚCLEO TÉCNICO-PEDAGÓGICO

**Artigo 158** – O Núcleo Técnico Pedagógico da escola planeja, articula e coordena o processo de formação e de desenvolvimento dos estudantes, sendo responsável por acompanhar a estratégia pedagógica aplicada pelos docentes no âmbito da unidade escolar.

**Parágrafo único** – Integram o Núcleo Técnico Pedagógico o Vice-Diretor, o Coordenador de Equipe Curricular; o Professor Especialista em Currículo; o Coordenador de Gestão Pedagógica.

**Artigo 159** – O Núcleo Técnico Pedagógico terá a função de proporcionar apoio técnico e pedagógico aos docentes, relativo a:

**I** – Elaboração, desenvolvimento e avaliação da Proposta Pedagógica;

**II** – Coordenação pedagógica;

**III** – Supervisão do estágio profissional.

**Artigo 160** – O Núcleo Técnico Pedagógico tem por objetivo:

**I** – Oferecer/promover ações de formação e de acompanhamento pedagógico aos docentes da unidade escolar;

**II** – Promover a melhoria da qualidade do ensino e, conseqüentemente, da aprendizagem dos estudantes;

**III** – Garantir o desenvolvimento e aplicação do Currículo Paulista do Ensino Fundamental e Médio;

**IV** – Estimular os professores e os estudantes a refletirem sobre suas fragilidades e potencialidades;

**V** – Divulgar para o corpo docente e discente cursos, palestras e ações que ampliem sua formação;

**VI** – Promover a gestão democrática e a formação continuada dos professores com vistas ao aprimoramento da gestão dos projetos, dos programas e do Currículo Paulista;

**VII** – Contribuir para a autonomia dos estudantes na busca do conhecimento necessário para superar suas vulnerabilidades;

**VIII** – Acompanhar, orientar e incentivar os professores a aprimorarem o processo de ensino e de aprendizagem;

**IX** – Nortear e subsidiar o desenvolvimento de atividades relacionadas ao Currículo Paulista, aos processos de recuperação da aprendizagem, à cultura avaliativa na escola, entre outras;

**X** – Acompanhar, orientar e apoiar o Núcleo de Direção no processo de gestão da Proposta Pedagógica da escola;

**XI** – Promover boa relação do Núcleo Técnico Pedagógico com os demais Setores e Núcleos que compõem a estrutura da escola.

## **CAPÍTULO IV – DO NÚCLEO ADMINISTRATIVO**

**Artigo 161** – O Núcleo Administrativo terá a função de dar apoio ao processo educacional, auxiliando o Núcleo de Direção nas atividades relativas a:

**I** – Documentação e escrituração escolar e de pessoal;

**II** – Organização e atualização de arquivos;

**III** – Expedição, registro e controle de expedientes;

**IV** – O registro e controle de bens patrimoniais, bem como de aquisição, conservação de materiais e de gêneros alimentícios;

**V** – O registro e controle de recursos financeiros.

**Parágrafo único** – Integram o Núcleo Administrativo o Gerente de Organização Escolar (GOE) e o Agente de Organização Escolar (AOE).

## **CAPÍTULO V – DO NÚCLEO OPERACIONAL**

**Artigo 162** – O Núcleo Operacional terá a função de proporcionar apoio ao conjunto de ações complementares de natureza administrativa e curricular, relativas às atividades de:

**I** – zeladoria, vigilância e atendimento estudantes;

**II** – limpeza, manutenção e conservação da área interna e externa do prédio escolar;

**III** – controle, manutenção e conservação de mobiliários, equipamentos e materiais didático-pedagógicos;

**IV** – controle, manutenção, conservação e preparo da merenda escolar.

**Parágrafo único** – Integram o Núcleo Operacional o Agente de Organização Escolar (AOE), os integrantes da equipe de faxina, limpeza e conservação do prédio escolar e os integrantes da equipe de preparo da merenda escolar.

## **CAPÍTULO VI – DO CORPO DOCENTE**

**Artigo 163** – Integram o corpo docente todos os professores da escola, que exercerão suas funções, incumbindo-se de:

**I** – Participar da elaboração da Proposta Pedagógica da escola;

**II** – Atualizar sua formação profissional para que as principais inovações trazidas pela Nova BNCC sejam desenvolvidas e implementadas na sua prática em aula.

**III** – Elaborar e cumprir o plano de trabalho;

**IV** – Zelar pela aprendizagem dos estudantes;

**V** – Estabelecer estratégias de recuperação da aprendizagem para os estudantes de menor rendimento;

**VI** – Cumprir os dias letivos e carga horária de efetivo trabalho escolar, além de participar integralmente dos períodos dedicados às Aulas de Trabalho Pedagógico Coletivo (ATPC), ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;

**VII** – Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade.

## **CAPÍTULO VII – DO CORPO DISCENTE**

**Artigo 164** – Integram o corpo discente todos os estudantes da escola a quem se garantirá o livre acesso às informações necessárias à sua educação, ao seu desenvolvimento como pessoa, ao seu preparo para o exercício da cidadania e a sua qualificação para o mundo do trabalho.

## TÍTULO VI – DA ORGANIZAÇÃO DA VIDA ESCOLAR

### CAPÍTULO I – DA CARACTERIZAÇÃO

**Artigo 165** – A organização da vida escolar implica um conjunto de normas que visam garantir o acesso, a permanência e a progressão nos estudos, bem como a regularidade da vida escolar do aluno, abrangendo, no mínimo, os seguintes aspectos:

- I – Formas de ingresso, classificação e reclassificação;
- II – Frequência e compensação de ausências;
- III – Promoção e recuperação;
- IV – Expedição de documentos de vida escolar.

### CAPÍTULO II – DA MATRÍCULA E REMATRÍCULA

**Artigo 166** – A matrícula e rematrícula é o ato formal que vincula o estudante a este estabelecimento de ensino, conferindo-lhe a condição de participante do corpo discente.

**Artigo 167** – A matrícula nesta escola será efetuada pelo pai ou responsável legal ou pelo próprio estudante (se maior de 18 anos de idade), por meio de requerimento, mediante comprovação de escolaridade anterior, observadas as diretrizes para atendimento da demanda escolar e os seguintes critérios:

- I – Por ingresso, no 6º ano do Ensino Fundamental, com base apenas na idade;
- II – Por classificação ou reclassificação, a partir do 6º ano do Ensino Fundamental.

**§ 1º** – Na ausência de comprovação de escolaridade anterior, a matrícula do estudante será efetuada na série/ano, conforme sua idade e, de acordo com o resultado da avaliação diagnóstica multidisciplinar a qual será submetido.

**§ 2º** – A avaliação diagnóstica multidisciplinar que trata o caput deste artigo será elaborada pela equipe pedagógica desta escola, designada pelo Diretor, conforme estabelecido na legislação educacional vigente.

**§ 3º** - A matrícula no 6º ano do Ensino Fundamental obedecerá à idade limite fixada pela legislação educacional em vigor.

**Artigo 168** – No ato da primeira matrícula, o pai ou responsável legal ou o próprio estudante, se maior de 18 anos de idade, deverá apresentar obrigatoriamente, a seguinte documentação:

**I** – Cópia da Certidão de Nascimento;

**II** – Cópia do documento de identidade (RG) do estudante;

**III** – Comprovante de estar em dia com as obrigações eleitorais e militares (se o estudante for maior de 18 anos de idade);

**IV** – Comprovante de escolaridade anterior – Histórico Escolar (se for o caso);

**V** – Cópia do Cartão de vacina atualizado com identificação da criança (para estudantes com idade entre 0 e 12 anos);

**VI** – Atestado Médico para atividades físicas (opcional na escola pública);

**VII** – 2 fotos 3x4 recentes (opcional na escola pública);

**VIII** – Cópia de comprovante de residência atualizado;

**IX** – Cópia do documento de identidade (RG) do Pai ou do responsável legal;

**X** – Cópia do documento de identidade (RG) da Mãe ou da responsável legal;

**Artigo 169** – A matrícula ou rematrícula anual do estudante obedecerá às normas, diretrizes e cronograma estabelecidos pela Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (Seduc-SP).

**I** – Anualmente a equipe gestora divulgará na comunidade escolar as normas e regras para a matrícula ou rematrícula do estudante.

**II** – A matrícula ou rematrícula de estudantes poderá ser realizada de forma online ou presencialmente;

**III** – Se a opção for matrícula ou rematrícula na forma on-line o procedimento deve ser feito pelo aplicativo Minha Escola SP ou pela plataforma Secretaria Escolar Digital (SED);

**Artigo 170** – No momento da matrícula ou rematrícula, estudantes e os responsáveis legais poderão optar por oportunidades educativas adicionais oferecidas pela Secretaria da Educação (Seduc-SP), tais como:

**I** – O modelo de Educação Profissional Técnica desenvolvido em parceria com escolas técnicas ou oferta direta;

### **CAPÍTULO III – DA CLASSIFICAÇÃO**

**Artigo 171** – Observadas as normas específicas de cada curso, a classificação em qualquer série/ano ou etapa de ensino, exceto o primeiro ano do Ensino Fundamental, pode ser feita:

**I** – Por promoção, para estudantes que cursaram, com aproveitamento, a série/ano ou fase anterior, na própria escola:

**a)** Ao final de cada ano do Ensino Fundamental;

**b)** Ao final de cada série, para alunos do Ensino Médio;

**II** – Por transferência, para candidatos procedentes de outras escolas do país ou do exterior;

**III** – Mediante avaliação feita pela escola para estudantes sem comprovação de escolarização anterior.

**§ 1º** – A avaliação feita pela escola para estudantes sem comprovação de escolarização anterior visa à definição do grau de desenvolvimento e experiência do candidato, observados o critério de idade.

**§ 2º** – No Ensino Fundamental será adotado o regime de progressão continuada, conforme normas legais vigentes.

### **CAPÍTULO IV – DA RECLASSIFICAÇÃO**

**Artigo 172** - A reclassificação do estudante, em série mais avançada, tendo como referência a correspondência idade/série e a avaliação de competências nos componentes

curriculares da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e Currículo Paulista, em consonância com a Proposta Pedagógica desta escola, ocorrerá a partir de:

**I** – Proposta apresentada pelo professor ou professores do estudante, com base nos resultados de avaliação diagnóstica ou da recuperação intensiva;

**II** – Solicitação do próprio estudante ou seu responsável legal mediante requerimento dirigido ao Diretor da escola;

**Artigo 173** - Para o estudante da própria escola, a reclassificação deverá ocorrer, no máximo, até o final do primeiro mês letivo e, para o estudante recebido por transferência ou oriundo de país estrangeiro, com ou sem documentação comprobatória de estudos anteriores, em qualquer época do período letivo.

**Artigo 174** - O estudante com defasagem de conhecimentos ou lacuna curricular de séries/anos anteriores poderá ser reclassificado, em série/ano mais avançado.

**Parágrafo único** – A defasagem de conhecimentos ou lacuna curricular de séries/anos anteriores será suprida por meio de atividades de reforço e recuperação, de adaptação de estudos ou pela adoção do regime de progressão parcial, quando se tratar de estudante do Ensino Médio.

**Artigo 175** – O Conselho de Escola anualmente estabelecerá e divulgará os procedimentos para a classificação e reclassificação dos estudantes, observadas as normas legais vigentes.

## CAPÍTULO V – DO APROVEITAMENTO DE ESTUDOS

**Artigo 176** – O aproveitamento de estudos consiste na dispensa de componentes curriculares que o estudante já cursou previamente o conteúdo de forma parcial ou total em outro estabelecimento de ensino.

**Artigo 177** – Os estudos realizados e concluídos com êxito em outros estabelecimentos de ensino, legalmente constituídos e reconhecidos, serão aproveitados.

**Artigo 178** – O aproveitamento só será concedido quando houver equivalência do conteúdo programático do componente curricular cursado anteriormente em relação ao componente curricular do atual currículo pleno a ser cumprido nesta escola pelo estudante.

**Artigo 179** – A carga horária efetivamente cumprida pelo estudante, em outro estabelecimento de ensino, será transcrita no Histórico Escolar, para fins de cálculo da carga horária total do curso.

## CAPÍTULO VI – DA ADAPTAÇÃO CURRICULAR

**Artigo 180** – Adaptação de estudos é o conjunto de atividades didático-pedagógicas desenvolvidas, sem prejuízo das atividades previstas na Proposta Pedagógica desta escola, para que o estudante possa seguir o novo currículo.

**§ 1º** – A adaptação far-se-á, pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e ao Currículo Paulista.

**§ 2º** – A adaptação de estudos poderá ser realizada durante os períodos letivos ou entre eles, a critério desta escola.

**Artigo 181** – O estudante recebido por transferência de outro estabelecimento de ensino, que apresentar, no ato da matrícula, Histórico Escolar com disposições curriculares diferentes do currículo previsto nesta escola para o mesmo curso, série e ano, será submetido ao processo de adaptação curricular.

**Artigo 182** – A adaptação curricular:

- I** – Visa à integralização curricular, e a regularização da vida escolar do estudante;
- II** – Tem a função de auxiliar na transição de uma escola para outra;
- III** – Serve para dar continuidade de estudos de conteúdos já iniciados na escola de origem;
- IV** – É um recurso que visa oferecer ao estudante um currículo capaz de alcançar os objetivos da respectiva etapa de ensino;
- V** – Supre a ausência de determinados componentes curriculares previstos na organização curricular desta escola.

**Artigo 183** – O processo de adaptação curricular será realizado por meio de:

- I** – Estudos dirigidos;
- II** – Exercícios, atividades, trabalhos e tarefas, sob orientação e observação de professor designado à equipe gestora para esse fim.

**Artigo 184** – Nesta escola, a adaptação curricular será feita sob a orientação da Equipe Pedagógica e Administrativa tendo por finalidade a complementação de carga horária e/ou componentes curriculares ausentes, visando ao ajustamento necessário ao modelo curricular desta escola.

**Artigo 185** – Para efetivação do processo de adaptação, a Equipe Pedagógica e Equipe Administrativa irá:

**I** – Comparar o currículo;

**II** – Especificar as adaptações a que o estudante estará sujeito;

**III** – Elaborar um plano próprio, flexível e adequado a cada caso;

**IV** – Ao final do processo, elaborar a ata de resultados e registrá-los no Histórico Escolar do estudante e no Relatório Final que será encaminhado à Diretoria de Ensino Região xxx.

**Artigo 186** – Na análise comparativa dos modelos curriculares são considerados:

**I** – O cumprimento de vinte e cinco por cento (25%) da carga horária destinada a parte diversificada do currículo mínimo exigido pela legislação em vigor, correspondente a duzentas (200) horas anuais;

**II** – A integralização dos componentes curriculares da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e Currículo Paulista que compõem a matriz curricular dos cursos ministrados nesta escola.

**Artigo 187** – No deferimento da matrícula, a Equipe gestora dará conhecimento ao estudante e seus responsáveis legais do Plano de Adaptação e Aproveitamento de Estudos que deverá ser cumprido integralmente.

**Parágrafo único** – O Plano de Adaptação considerará válido o componente curricular já cursado pelo estudante em outro estabelecimento de ensino.

**Artigo 188** – Esta escola emitirá a certificação de conclusão do estudante submetido ao processo de adaptação, e o Histórico Escolar expressará sua formação em conformidade com o estabelecido na LDBEN 9.304/96 e demais normas educacionais vigentes.

## CAPÍTULO VII – DA EXPEDIÇÃO DE DOCUMENTOS DE VIDA ESCOLAR

**Artigo 189** - Esta unidade escolar expedirá históricos escolares, declarações de conclusão de série/ano, ciclo ou módulo, diplomas ou certificados de conclusão de curso, com especificações que assegurem a clareza, a regularidade e a autenticidade da vida escolar dos estudantes, em conformidade com a legislação vigente.

**Parágrafo único** - Esta escola poderá expedir declaração ou certificado de competências em áreas específicas do conhecimento, de acordo com sua Proposta Pedagógica e a organização curricular adotada.

## TÍTULO VII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**Artigo 190** – O Ensino Religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina do horário normal desta escola e será ministrado, no Ensino Fundamental, de acordo com as normas do Sistema de Ensino do Estado de São Paulo, assegurando-se o respeito à diversidade cultural religiosa, vedadas quaisquer formas de proselitismo.

**Artigo 191** - Esta escola manterá à disposição dos pais e alunos cópia do Regimento Escolar aprovado.

**Parágrafo único** – Visando dar conhecimento às famílias, no ato da matrícula, a Equipe escolar fornecerá ao estudante e/ou ao seu responsável legal:

**I** – Documento síntese de sua Proposta Pedagógica;

**II** – Cópia de parte de seu Regimento referente:

- a)** Às normas de gestão e convivência;
- b)** À sistemática de avaliação;
- c)** Ao processo de reforço e recuperação da aprendizagem.

**Artigo 192** - A Proposta Pedagógica desta escola incorpora-se ao presente Regimento Escolar.

**Artigo 193** - Incorporam-se ao presente Regimento Escolar as determinações supervenientes oriundas de disposições legais ou de normas baixadas pelos órgãos competentes.

**Artigo 194** - O presente Regimento Escolar entrará em vigor na data de sua publicação, e seus efeitos iniciam no ano letivo de 2025.

## **TÍTULO VIII – DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS**

**Artigo 195** – A Proposta Pedagógica desta escola será reformulada e alinhada à Nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC) bem como às Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica e ao Currículo Paulista.



**Governo do Estado de São Paulo**  
**Secretaria da Educação**

**DRE nº 115, de 30/11/2024 - Novo Regimento Escolar da Escola Estadual Marinalva  
Gimenes Colossal da Cunha**

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE SUMARÉ

Portaria DRE nº 115, de 30 de outubro de 2024.

Dispõe sobre aprovação de Novo Regimento Escolar da Escola Estadual Marinalva Gimenes Colossal da Cunha

A Dirigente Regional de Ensino, de acordo com o Decreto 64.187/2019, com fundamento na Deliberação CEE 138/2016 e demais normas vigentes, à vista do SEI 015.00591401/2024-73, expede a presente portaria:

Artigo 1º - Fica aprovado o novo Regimento Escolar da Escola Estadual Marinalva Gimenes Colossal da Cunha, CIE, situada na Rua Antônio Menuzzo, s/n - Parque Jatobá, Sumaré - SP, autorizada pelo Decreto, em nível de Ensino Fundamental AF e Ensino Médio, de acordo com a Resolução SE 12/2012.

Artigo 2º - O Novo Regimento Escolar em questão prevalecerá, sobre o anteriormente aprovado por Portaria DRE – 160 de 14 /12/2021, publicado no D.O. de 17/12/2021, página 131, Seção I.

Artigo 3º - A Diretoria de Ensino da Região de Sumaré, responsável pela supervisão do estabelecimento de ensino, zelará pelo fiel cumprimento das normas contidas no Regimento Escolar, objeto desta Portaria.

Artigo 4º - Esta portaria entrará em vigor a partir de sua publicação, gerando seus efeitos no início do ano letivo de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Elisa Helena Calil, Supervisor Educacional**, em 30/10/2024, às 15:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[https://sei.sp.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?](https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) , informando o código verificador

0044625852 e o código CRC **C07D32C4**.